



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL  
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA  
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS DOS MALÊS  
LICENCIATURA EM LETRAS - LÍNGUA PORTUGUESA**

**NIMÉSIO LOPES**

**UM OLHAR GUINEENSE PARA A LÍNGUA PORTUGUESA  
E SEU PAPEL NA GUINÉ-BISSAU**

**SÃO FRANCISCO DO CONDE**

**2022**

**NIMÉSIO LOPES**

**UM OLHAR GUINEENSE PARA A LÍNGUA PORTUGUESA  
E SEU PAPEL NA GUINÉ-BISSAU**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso de Graduação em Letras - Língua Portuguesa, do Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Licenciado em Letras.

Orientador: Prof. Dr. Alexandre Cohn da Silveira.

**SÃO FRANCISCO DO CONDE**

**2022**

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira  
Sistema de Bibliotecas da Unilab  
Catalogação de Publicação na Fonte

L858o

Lopes, Nimésio.

Um olhar guineense para a língua portuguesa e seu papel na Guiné-Bissau / Nimésio

Lopes. - 2022.

72 f. : il.

Monografia (graduação) - Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, 2022.

Orientador: Prof. Dr. Alexandre Cohn da Silveira.

1. Língua guineense. 2. Língua portuguesa. 3. Linguística - Guiné-Bissau. I. Título.

BA/UF/BSCM

CDD 469.96657

**NIMÉSIO LOPES**

**UM OLHAR GUINEENSE PARA A LÍNGUA PORTUGUESA  
E SEU PAPEL NA GUINÉ-BISSAU**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso de Graduação em Letras – Língua Portuguesa do Instituto de Humanidades e Letras Malês da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Licenciado em Letras.

Aprovado em 31 de Janeiro de 2022.

**BANCA EXAMINADORA**

**Prof. Dr. Alexandre Cohn da Silveira - Orientador**

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Sabrina Rodrigues Garcia Balsalobre - Examinadora**

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Manuele Bandeira de Andrade Lima - Examinadora**

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Dedico este trabalho para minha mãe, meus irmãos e meu pai. Estou prestes a ser o primeiro da família a ter um curso superior e sou terceiro filho da família, lembro bem dos tempos do ensino primário, quando minha mãe me dizia filho não dá para pagar as mensalidades dos teus irmãos e o teu, vamos dar prioridades aos mais velhos, pois estão nos níveis mais avançados, mas hoje sou eu que estou aqui formando. Há um ditado que diz, “a mudança começa nas nossas casas para depois expandi-la para toda a comunidade”. Este trabalho não está direccionado somente para minha família, ele é dedicado a todos guineenses, cidadãos honestos que trabalham dia e noite para melhora do país. Gostaria que todos os guineenses e não guineenses que prezem pelo avanço do país, que usem e abusem deste trabalho como seus, pois a Guiné-Bissau é o motivo da elaboração desta pesquisa.

## AGRADECIMENTOS

Gostaria de deixar meu enorme agradecimento aqui, à UNILAB, ao meu orientador, Dr, Alexandre Cohn da Silveira, ao Estado brasileiro, Estado da Guiné-Bissau e a todos envolvidos de maneira direta ou indireta na elaboração deste trabalho.

À UNILAB, porque se hoje estou conseguindo separar o joio do trigo é graças aos conhecimentos aprendidos nesta instituição ímpar, com docentes maravilhosas/os. Muito do que sou hoje no âmbito acadêmico se deve à UNILAB, pois não havia previsões de que um dia eu teria uma graduação, mas quando parecia que não teria mesmo, apareceu a UNILAB dizendo nos meus ouvidos: “eu estou aqui para você e para pessoas como você, vem aqui que seremos felizes juntos!” Ela é uma casa com moradias infinitas, ela abriga qualquer que seja o tipo de pessoas, sem preconceito, sem distinções, nela todo mundo se sente em casa.

Ao meu querido orientador Dr Alexandre Conh da Silveira, uma das pessoas mais importantes que entrou na minha vida, diria que se não fosse a UNILAB não o conheceria. Aprendi bastante com ele, não só no que diz respeito às questões acadêmicas, mas na vida pessoal também. Costumo dizer, para ele, que ele é mais que um orientador. Ele é um tipo de pessoa muito singular, parece que nunca fica chateado, te dá carinho, te cobra, mas a cobrança dele é diferenciada. Nem se percebe que estamos sendo cobrados. Só percebemos depois de fazer a atividade que ele propôs. Ele me ajudou muito e sempre está disponível para tirar alguma dúvida, sempre está aí esperando para conversar sobre o trabalho ou não. Só para terem ideia, eu escrevi três capítulos do TCC pensando ainda que estivesse no segundo capítulo. Com ele é assim, tu só percebes que estás fazendo uma coisa quando o termina. Ele é um amor de pessoa.

Ao Estado brasileiro, o Brasil, que é um país muito acolhedor, fico grato por ter me acolhido durante os quatro anos do curso, dando-me maiores assistências sociais possíveis, desde a saúde, o ensino, a moradia e a alimentação entre outros. Talvez isso não fosse possível se o Brasil não tivesse uma cooperação de acordos com o meus país, a Guiné-Bissau. Agradeço muito ao país por ter aberto às portas não só para o meu país, mas para os outros países também. As experiências que tive aqui, com certeza, as levarei para o resto da minha vida.

Ao Estado da Guiné-Bissau, sou grato pelo acordo com Brasil, fato que me fez estar aqui hoje. Mas além desse acordo, meu país não faz mais nada, nem um acompanhamento dos seus alunos para saber como estão, ou uma ajuda de custo, por exemplo, no momento da renovação do passaporte. Poderia cobrar menos aos estudantes do que aos imigrantes a

trabalho. Raras vezes acontece uma visita de observação da vida e dificuldades dos estudantes. O país tem suas realidades e desafios, todos sabem, mas estas coisas básicas estão dentro de suas possibilidades, é só uma questão de vontade política e seriedade.

Agradeço a todos envolvidos de maneira direta ou indireta na elaboração deste trabalho. São várias pessoas que contribuíram para este trabalho ser oficial, desde meu orientador, minhas professoras e meus professores, desde o primeiro semestre até o último, minha família, meus amigos, minhas e meus colegas do curso... a lista é longa! Sendo assim, agradeço a todos vocês por estarem ao meu lado nesse momento de muita importância na minha trajetória de graduação. Um imenso obrigado a todos vocês que se eu for mencionando o nome de cada um de vocês precisarei de umas cem páginas! Eu sou grato por fazerem parte deste trabalho e da minha vida.

## RESUMO

O objeto da análise dessa pesquisa são as políticas linguísticas desenvolvidas na Guiné-Bissau, o objetivo geral do trabalho reside em estimular a valorização da língua crioula (uma língua franca da Guiné-Bissau) uma língua falada por mais de noventa por cento da população do país, mas que sofre de uma política do apagamento, os objetivos específicos são: primeiro fomentar a sua adoção como uma das línguas oficiais do país e segundo estimular a sua utilização como uma das línguas do ensino no território nacional guineense. Esta pesquisa tem a finalidade de levar adiante a preocupação que os guineenses demonstram a respeito da marginalização da sua cultura, identidade e representatividade pelo próprio Estado, pois quando fala-se de uma língua não envolve somente o falar, envolve todo enredo cultural, indenitário ou, seja, a língua não deve ser estudada separadamente dos seus falantes, sendo assim, a finalidade deste trabalho reside em estimular a valorização do crioulo a nível estatal ou governamental na Guiné-Bissau, isto é, a sua adoção como uma das línguas oficiais e de ensino do país. A pesquisa exploratória é o tipo de pesquisa adotada neste trabalho, uma vez que ela permite mais familiaridade entre o pesquisador e a pesquisa desenvolvida e também permite coletas de dados através das entrevistas, levantamento bibliográfico, são tipos procedimentos realizados neste trabalho.

**Palavras-chave:** Língua guineense. Língua portuguesa. Linguística - Guiné-Bissau.



## RUZUMU

Purbulemas kuna djobidu ó diskutidu na e tarbadju i sobri maneras di rispita i dizinvoli da balur a lingus na Guiné-Bissau, i objetivu geral i provoka balurizason di lungu kriol na nivel di stadu ku gubernu, i objetivus spisifikus i dus: purmeru pui lingu kriol sedu lingu di gubernu ku di stadu i sugundu kolokal pa i sedu um dus lingu di skola na tera. E tarbadju tene fin di leba pa danti ki prekupason ku guinensis mostra a manga di tempu, sobri disrispitu di no cultura, identidadi i no representason, pabia ora ku nona papia di lingus no kasta na papia so di falas/vos, ma sin no sta na papia di cultura di maneras di odja mundu kuta manifestadu atraves di papia/falas ó vos, pabia des, lingu ka pudi nunka studadu siparadu di si papiaduris ku proprio lingu suma um forma conseitual. Sedu asin, nunde ku m'misti tchiga ku es tarbadju i pa lingu kriol kolokadu suma um dus lingus di stadu ku gubernu i tamba pa i pudu suma um dus lingus di skola na pais. E tarbadju i di kunhu exploratorio, ku signifika kuma i um tipu di piskiza kuta permiti kinku na garbata tene mas kontaktu ku keki na garbata, i tamba ita primiti garbatdur fasi n'trivistas, lei manga di dukumentus sobri temas parsidus ku kiki na garbata.

**Palabra sentral:** Identidadi linguística na Guiné-Bissau. Planedjamentu lingüísticos. Politika linguitika.

## ABSTRACT

The object of analysis of this research are the linguistic policies developed in Guinea-Bissau, the general objective of the work is to stimulate the appreciation of the kriol language (a lingua franca of Guinea-Bissau) a language spoken by more than ninety percent of the population of the country, but which suffers from a policy of erasure, the specific objectives are: firstly to promote its adoption as one of the official languages of the country and secondly to stimulate its use as one of the languages of teaching in Guinean territory. This research has the purpose of taking forward the concern that Guineans show about the marginalization of their culture, identity and representation, because when speaking of a language it does not involve only speaking, it involves the whole cultural, indemnity plot, that is, the language should not be studied separately from its speakers, therefore, the purpose of this work is to stimulate the appreciation of kriol at the state or governmental level in Guinea-Bissau, that is, its adoption as one of the official and teaching languages of the country. parents. Exploratory research is the type of research adopted in this plot, since it allows more familiarity between the researcher and the research developed and also allows data collection through interviews, bibliographic survey, are types of procedures performed in this work.

**Keywords:** Guinean language. Linguistics - Guinea-Bissau. Portuguese language.

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

CEDEAO – Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental

CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

UNILAB – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	13
<b>2</b>	<b>CAPÍTULO I - BREVE HISTÓRIA DA LÍNGUA PORTUGUESA NA GUINÉ-BISSAU</b>	16
2.1	A LÍNGUA PORTUGUESA TRAZIDA PARA O TERRITÓRIO GUINEENSE	16
2.2	A LÍNGUA PORTUGUESA, UMA LÍNGUA DE PRESTÍGIO NA GUINÉ-BISSAU	22
2.3	LÍNGUA KRIOL (CRIOULA): UMA LÍNGUA DESPRESTIGIADA NA GUINÉ-BISSAU	26
<b>3</b>	<b>CAPÍTULO II - PLANEJAMENTO LINGUÍSTICO NA GUINÉ-BISSAU</b>	31
3.1	QUE É “PLANEJAMENTO LINGUÍSTICO”?	31
3.2	TIPOS DE PLANEJAMENTO LINGUÍSTICO	33
<b>3.2.1</b>	<b>Planejamento de corpus</b>	33
<b>3.2.2</b>	<b>Planejamento de status</b>	34
<b>3.2.3</b>	<b>Planejamento de aquisição</b>	34
<b>3.2.4</b>	<b>Planejamento de usos</b>	35
<b>3.2.5</b>	<b>Planejamento de prestígio</b>	36
<b>3.2.6</b>	<b>Planejamento discursivo</b>	37
3.3	O PLANEJAMENTO LINGUÍSTICO NA GUINÉ-BISSAU	37
<b>4</b>	<b>CAPÍTULO III - O QUE OS GUINEENSES TÊM A DIZER SOBRE O ASSUNTO</b>	43
4.1	A PESQUISA REALIZADA	43
4.2	ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS SOBRE A LÍNGUA CRIOLA E PORTUGUESA NA SOCIEDADE GUINEENSE	45
<b>4.2.1</b>	<b>Sobre as informações pessoais dos/das respondentes</b>	45
<b>4.2.2</b>	<b>Informações sobre as línguas crioula e portuguesa</b>	47
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	66
	<b>Referências</b>	68
	<b>Apêndice</b>	70

## 1 INTRODUÇÃO

Levando em consideração um dos problemas mais preocupantes da sociedade guineense no que diz respeito a sua cultura, sua forma de estar, sua identidade, ensino e sua representatividade nas questões linguísticas, o guineense aprende desde criança a não ver suas línguas ou como língua propriamente dita. Essa alienação mental acaba criando séries de dificuldades e problemas no seio guineense, desde o ensino até na política, se acredita na Guiné-Bissau que a língua portuguesa é melhor, mais bonita e ainda é a única língua no país que se possa fazer ciência, por isso até hoje no país se dá muito valor a quem “domina” esta língua, mesmo sem ter nenhuma experiência científica ou da academia, a pessoa é adjetivada de inteligente. A Guiné-Bissau é um país ex-colônia portuguesa que, após a sua independência em 1973, decidiu adotar a língua portuguesa como sua única língua oficial e de ensino a custa das línguas locais, no país desde a data de 1973 até a atualidade não passa de quinze por cento de falantes da língua portuguesa, mas, mesmo assim, ela continua a ser a única língua de ensino e oficial do país.

A questão chave deste trabalho reside na inquietação dos guineenses a respeito do lugar e prestígio que a língua portuguesa ocupa na sociedade guineense e suas implicações que resultam na marginalização das línguas locais ou autóctones, nomeadamente o crioulo guineense a principal língua de comunicação, ou seja, a língua franca do país e as línguas dos grupos sociais que compõem a Guiné-Bissau. Vale destacar que a língua portuguesa não ocupou estes espaços por querer da maioria da população até porque somente um pouco mais de onze por cento da população a fala.

A língua portuguesa é imposta aos guineenses, mesmo nos ambientes formais, ela é pouca usada, pode-se dizer que ela é uma língua de ofício, pois é usada mais na escrita dos documentos, mas na oralidade sua utilização se verifica pouco. Até hoje, se perguntares a um/a guineense sobre a história do país pode ter certeza de que tudo que vai contar aprendeu oralmente, sendo assim, colocar a língua portuguesa como a única língua oficial e de ensino constitui um paradoxo.

O foco principal do tema deste trabalho está voltado às políticas linguísticas desenvolvidas Guiné-Bissau e como estas políticas têm prejudicado ou ajudado os guineenses não só no âmbito da educação (ensino) e também no seu dia a dia. O trabalho traz uma visão crítica sobre as atuais políticas linguísticas que está sendo praticado no país, porque é uma política que apaga os saberes locais, pois uma vez que um Estado/Governo marginaliza sua própria cultura, sua identidade e sua língua escolhendo assim uma língua e cultura europeia,

algo precisa ser feito. Segundo o autor Da Silva (2009), a globalização tem de partir do local ao global não ao contrário, esta pesquisa adota este método, os elaboradores das políticas linguísticas precisam primeiro olhar para o contexto local para depois pensarem além-fronteiras, mas na Guiné-Bissau tem acontecido o ao contrário. O tema foi pensado em uma dimensão que enaltece o local e o global é segundo plano, pois o resultado dessa política que preze em primeiro lugar o além-fronteiras tem sido pernicioso aos que defendem a “guinendadi” (ser guineense a cem por cento ou Guiné-Bissau em primeiro lugar).

O problema desta pesquisa está ligado à expressiva dificuldade que os guineenses apresentam no que diz respeito à aprendizagem da língua portuguesa no país, mesmo depois de terem estudado durante doze anos nesta língua e ainda apresentamos séries de dificuldades ao comunicarmos na tal língua. Os motivos que provocam estas dificuldades são vários, desde má preparação dos docentes para ministrarem as aulas na e em língua portuguesa e até no interesse dos guineenses em língua portuguesa. O Estado guineense parece desconhecer do fato de que não existe a língua portuguesa na Guiné-Bissau sem as demais línguas locais, inclusive o crioulo<sup>1</sup> a língua franca e mais falada do país, marginalizar línguas locais significa também “matar” a língua portuguesa, porque um guineense antes de comunicar em português pensa ainda em crioulo ou língua étnica local para depois traduzir ou interpretar o enunciado na língua portuguesa, mas todos estes pressupostos foram ignorados pelo Estado guineense por isso se tem o resultado que se tem hoje, ou seja, desassociar as línguas locais da língua portuguesa o resultado não podia ser diferente do que se tem na Guiné-Bissau acerca da língua portuguesa.

O objetivo geral deste trabalho está alinhado intrinsecamente com necessidades linguísticas do povo guineense, que é dar o seguimento a luta que o povo guineense já demonstrou diversas vezes, a valorização daquela língua que mais de noventa por cento da população guineense se identifica, o crioulo. Os objetivos específicos são dois, primeiro colocar a língua crioula como uma das línguas oficiais do país e segundo passa pela sua utilização como uma das línguas do ensino na Guiné-Bissau, é claro que antes de tudo isso acontecer precisa-se de um estudo mais avançado do crioulo, elaborar uma gramática oficial e um dicionário na com a mesma designação, como se sabe as línguas africanas na sua maioria é usado na forma oral, sendo assim, para assumir o posto da língua de ensino em certa forma precisa de escrita. É importante frisar que, ela não precisa de escrita para ser considerada

---

<sup>1</sup> Durante o desenvolvimento deste trabalho vão aparecer os termos “kriol”, “crioulo” e “crioula” ambos os termos referem à língua franca falada na Guiné-Bissau, é diferentes dos outros crioulos que muitos linguistas designam as línguas que surgiram do contato do colonizador e colonizado. Ciente da existência dessa dedução faz-se necessário esse rodapé.

língua, não tem nenhum problema sua utilização na forma oral.

A escolha desse tema passa pela dificuldade passada durante todo o percurso escolar, desde o ensino primário até no grau mais elevado, a universidade. Eu como fruto desse sistema que não prioriza o local antes de qualquer coisa, não podia deixar de lado esse pesadelo que os estudantes guineenses passam e enfrentam até hoje, pois não mudou nada a respeito do ensino da língua portuguesa e conseqüentemente ensino em língua portuguesa no ensino guineense e fora do âmbito educacional também acontece o mesmo, a língua portuguesa ela é até hoje a única língua do ensino e oficial no país em questão. A metodologia adotada nesta pesquisa é de cunho bibliográfico e também foram feitas entrevistas com alguns colaboradores de forma livre.

## 2 CAPÍTULO I - BREVE HISTÓRIA DA LÍNGUA PORTUGUESA NA GUINÉ-BISSAU

Nesse capítulo pretendo explicar como a língua portuguesa chegou à Guiné-Bissau e como ela é tratada e que lugar e prestígio ocupa na sociedade guineense, na contramão disso, explico como a língua mais falada do país (o crioulo) foi desprestigiada, porque para a língua portuguesa assumir tais lugar uma outra língua precisa ser marginalizada, no caso o crioulo, mas não precisava ser desse jeito, a língua portuguesa e demais língua existente no podem andar juntas, Estes são as discussões desenvolvidas ao longo deste capítulo.

### 2.1 A LÍNGUA PORTUGUESA TRAZIDA PARA O TERRITÓRIO GUINEENSE

Guiné-Bissau é um país africano, ex-colônia portuguesa, situado na Costa Ocidental da África, considerado um dos países da África subsaariana e também um dos países mais pobres do mundo, com o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) registrado em 2018 igual a 0,455, ou seja, um dos mais baixos do mundo, conforme a classificação da Organização das Nações Unidas (ONU). A República da Guiné-Bissau, conforme os dados lançados pela organização das Nações Unidas em colaboração com Instituto de Pesquisa da Guiné-Bissau (INEP) possui uma população estimada em 1.992.772 habitantes, distribuídos numa área total de 36.125 quilómetros quadrados. O país faz fronteiras a sul com a República da Guiné e, ao Norte, com a República de Senegal. A Guiné-Bissau integrava o antigo reino do Gabu, hoje uma região do país, e também fazia parte do império do Mali. Os impérios que deixaram de existir a partir do século XVIII. (CÁ; RUBIU, 2019).

A Guiné-Bissau é um país pequeno, porém com vários grupos étnicos, cada um possui sua língua, sua cultura e seu costume, ou seja, cada grupo étnico com sua tradição, o que significa dizer que há uma grande diversidade das línguas autóctones em Guiné-Bissau, fato que o faz ser um país muito rico culturalmente. Essas diversidades culturais e linguísticas não impedem de haver uma harmonia entre os povos. Na verdade, é exatamente essa distinção que o faz ser muito mais harmonioso ainda, pois esses costumes diversos possuem semelhanças e, apesar dessa heterogeneidade, os grupos sociais convivem em constante harmonia.

O país está dividido administrativamente em oito regiões que são: Gabú, Quinara, Tombali, Bafatá, Cacheu, Biombo, Bolama Bijagós, Oio, além do setor autónomo de Bissau, que é capital do país. Gabú e Bafatá situam-se na zona leste do país, o arquipélago dos Bijagós, a sul, e Oio, Cacheu e Biombo ao norte. Em termos climáticos, o país apresenta



somente duas estações no ano: durante seis meses chove e durante os outros seis meses não, o que chamamos, em crioulo, de “tempu di tchuba i tempu di seku” (época chuvosa e a época da seca). A época chuvosa começa no meio do mês de maio e se estende até outubro, e a estação seca começa de novembro e vai até início do mês de maio. A atividade que mais gera economia no país é a prática da agricultura, plantações de hortaliças, frutas e arroz e comercialização da castanha de caju este último é a atividade que gera lucros no país.

O clima guineense apresenta um caráter tropical, úmido e quente. No interior do país há uma mistura de matas e zonas habitadas, em sua maior parte é composto por savanas e a sua zona costeira têm características lamacenta. O país tem um grande potencial no que diz respeito a variedades marisqueiras, a Guiné-Bissau dispõe de uma imensa variedade de peixes e mariscos e a prática da pesca é uma das atividades mais desenvolvidas no país. As principais fontes de renda no país são as duas atividades mencionadas acima: pesca e agricultura.

Segundo apurações do Benzinho e Rosa (2015), o primeiro português a pisar os pés no solo guineense aconteceu no século XV,

A chegada dos portugueses e da língua portuguesa à Guiné-Bissau teria se dado entre 1445 e 1447 e foi atribuída a Nuno Tristão, que teria morrido numa dessas primeiras investidas, num ataque perpetrado pelas tribos locais no rio Geba. Outros historiadores atribuem a primeira chegada a Álvaro Fernandes que, pela mesma altura, teria chegado à praia de Varela (BENZINHO; ROSA, 2015, p.11).

Essas imprecisões históricas se devem muito ao fato de que os africanos por muito tempo foram silenciados pelos invasores europeus e até hoje ainda somos, os europeus achavam que nós não podíamos narrar nossas próprias histórias e conseqüentemente precisávamos deles para nos guiar como se eles fossem nosso salvador, modéstia a parte, todo indivíduo atento e honesto sabe o verdadeiro motivo dos europeus terem invadido a África e até hoje este o plano não mudou, mudou somente a forma da execução. Os africanos só tiveram a oportunidade de narrar suas próprias histórias a partir do século XXI, quando estes escreveram a História geral da África, mas isso não quer dizer que não haverá diferenças nas narrativas dos africanos sobre a África, porque alguns dos autores que participaram desse livro (História geral da África) não conhecem todas as vivências africanas, porém a possibilidade de equívoco é bem menor comparado a de uns historiadores europeus da época. Vale frisar que este trabalho (História geral da África) não é a primeira obra escrita pelas mãos dos africanos há outras, mas talvez esse seja o que mais teve impacto.

Como mencionado acima algumas narrativas europeias dão a África como continente descoberto pelos invasores europeus e, estas narrativas geram muita inquietações, pois estamos

a falar de espaço que existe muito antes das invasões europeias começarem a ser pensadas pelos mesmos, é como se este continente só passou a existir depois que estes saqueadores chegaram ali. De acordo com estudos de Benzinho e Rosa (2015) apontam que,

[...] na Guiné-Bissau, os primeiros vestígios da presença humana datam de 200 mil anos a.c, todavia os registros mais evidentes iniciam-se no terceiro milênio a.c. marcado pela chegada do povo do deserto do Sahara, ascendentes dos atuais grupos étnicos de litorais e ilhas da Guiné-Bissau. (BENZINHO; ROSA, 2015, p.11).

O continente africano não foi descoberto pelos europeus, foi invadido pelos mesmos, fomentar e adjetivar a chegada dos europeus na África como “descoberta” é pura ilusão, pois já havia indivíduos muito antes da chegada destes. Disseminar essa desinformação é só mais uma maneira de política europeia para fazer alguns africanos continuarem a acreditar nas suas farsas, seria mais correta dizer a presença europeia em África ou invasão em vez da descoberta, usa a palavra descoberta como se não existissem indivíduos nos países africanos antes das invasões.

Meu objetivo aqui é relatar de forma breve o percurso que os portugueses fizeram até chegar a Guiné-Bissau. Sendo assim, Boxer (1415-1825), indica que o contato dos portugueses com a costa africana aconteceu após a ocupação de Ceuta, em 1415. Esses portugueses, de acordo com Lopes (2014), tinham informações de que havia muitas riquezas nesta zona (costa africana), fato que os levaram a navegar por esta zona, a fim de extrair as riquezas para Portugal que, na altura, acabava de sair da guerra da reconquista, da luta entre cristãos e muçulmanos na península Ibérica. Ainda conforme o autor, o objetivo principal dos portugueses era perseguir os muçulmanos que portavam muito ouro e encontrar onde estes conseguiam as riquezas para depois começarem a exploração. Em conformidade com Lopes (2014),

Depois da conquista de Ceuta em 1415, os mouros desviaram as suas rotas comerciais para outras cidades do Norte da África. Os portugueses resolveram então iniciar viagens por mar na esperança de chegar ao local de origem do ouro e especiarias. Assim sendo, “nas paradas, os portugueses negociavam com as populações locais e sequestravam pessoas que chegavam às praias, levando-as para os navios para serem vendidas como escravas. (MONTEIRO 2013, p.79).

A ideia dos navegadores portugueses não foi de simples comércio ou trocas de produtos com os africanos, porém os portugueses não tinham nada de transparente, sabiam que já dispunham de poder econômico e militar. O objetivo era chegar nessas localidades e desarraigar à força as riquezas encontradas. Nessa lógica de pensamento, chegaram

posteriormente à costa africana,

Foram nessas aventuras pelos mares desconhecidos, que os portugueses se enraizaram na Costa Africana, como as Ilhas do Cabo Verde e de São Tomé, formadas pelos povos de procedências diversas, escravizados e mestiços que nelas nasciam. Nesta senda, estas ilhas, pela sua posição geográfica, serviram de suporte estratégico para a comercialização de escravos com as demais regiões da costa africana e também para posterior manutenção e domínio português no continente. (MONTEIRO, 2013, p.79).

De acordo com Monteiro (2013), os portugueses chegavam aos régulos (anciões) de tabancas (aldeias), fingiam de amigos que queriam pura e simplesmente a comercialização, ou seja, as trocas de produtos, sendo assim, cada vez ganhavam mais confianças por partes dos régulos de tabancas. Estes, por sua vez, admiravam os objetos trazidos pelos portugueses, as quais aproveitaram os portugueses aproveitavam o interesse que estes povos tinham nos seus objetos, fato que os deixou mais próximos dos régulos. Através dessa admiração que os portugueses começaram a se estabelecer e ganhar poder na costa da África, em particular na Guiné-Bissau. Os invasores portugueses conseguiram aproximar dos chefes de tabancas, (aldeias) de uma maneira que estes, acabaram por ser submissos a eles e arrastaram uma grande parcela da população que não tinham ligação direta com os portugueses e a partir daí, começaram a criar mecanismos para colocar em prática suas ideias colonizadoras, impor sua cultura e sua língua. PAIGC (1974).

O colonialismo português procurou utilizar os feudais fulas como auxiliares da sua dominação e da sua exploração, sistema que ele adotou em relação a outros povos da Guiné, seja utilizando os “notáveis” tradicionais, seja fabricando completamente uma organização artificial de chefes. (PAIGC, 1974, p.51).

As organizações desses grupos desempenharam um papel importante para a dominação dos portugueses nos territórios de então Guiné-portuguesa. O governo português ditava ordens para os chefes locais que as repassavam para os demais. Vale destacar que a liderança dos grupos étnico guineense possui o respeito de todos os seus mandatários para com seu chefe e esse respeito aos mais velhos ou chefes é muito comum em África inclusive nos tempos atuais. A obediência aos chefes da tabanca facilitou bastante, no processo colonizador, quando os líderes recebiam as ordens por parte dos invasores portugueses, estes repassavam para a comunidade que a cumpriam sem questionar por respeito ao seu chefe.

Os domínios aconteceram em quase todas as áreas sociais do território da “Guiné-portuguesa”, porém havia um vazio nesse processo da dominação que precisava na visão do

dominador, ser preenchido. Os portugueses mostravam-se incomodados pelo fato de que o povo guineense falava outras línguas diferentes da deles. Esse fato deixou os inquietos, pois era fácil organizar uma revolta sem que os portugueses percebessem. A partir daí surgiu a ideia de obrigar os dominados a falarem a língua portuguesa, criando-se vários programas para ensinar a língua portuguesa aos nativos da Guiné-portuguesa. A Companhia de Jesus, tal como aconteceu na colonização brasileira Mariani (2003), foi a organização responsável por levar o evangelho aos povos ditos “não civilizados”, o que não passa de uma estratégia de dominação do poder colonial. A missão desse grupo, de acordo com Mariani (2003), eram convencer os africanos a deixarem de praticar suas culturas em favor da cultura portuguesa.

O que os jesuítas e a missão católica não nos contaram é que estavam continuando o processo da dominação e escravização nos países Africanos. Escondiam essas intenções atrás da mensagem “divina”, pois facilitava o processo colonial. Mariani (2003) explica que:

As ações da igreja católica e, mais especificamente, dos jesuítas na prescrição do modo e dos meios linguísticos para se processar a evangelização dos povos não cristãos, e 2) a revolução tecno-linguística que, a partir do Renascimento europeu, tanto organizará uma produção maciça de gramáticas e de dicionários monolíngues para as línguas neolatinas, quanto proporcionará a ‘tecnologia’ necessária para a descrição das línguas do novo mundo. A autora chama de colonização linguística o processo desenvolvido pelas igrejas e realeza português, porém a base para esse desenvolvimento é de caráter político-linguístico (MARIANI, 2003, p.73).

Fica evidente no trecho acima como que a Igreja católica e os Jesuítas trabalhavam a favor da colonização africana, tal como aconteceu na América, na colonização brasileira, ou mesmo nos territórios orientais invadidos pelos portugueses. Segundo Cassama (2014), “[...] a igreja católica e os Reis tinham interesses neste empreendimento, pois para a Igreja Católica a conquista de novas terras significaria também conquistar novos fieis, e para os Reis as conquistas poderiam aumentar a arrecadação dos impostos para seus reinos”. Sendo assim, a participação da Igreja nesse processo foi fundamental, pois, à medida que povos colonizados criavam revoluções contra os colonos, chegava a Igreja para acalmá-los. A Igreja legitimava a colonização e o Estado português trabalhou ao lado da Igreja durante o período da colonização, ou, seja, a Igreja e Estado eram sócios.

Um fator que dificultou muito o domínio português na Guiné-Bissau foi a língua. Os portugueses, depois de dominarem áreas sociais guineenses, voltaram suas atenções à parte linguística, porque era fácil organizar revoluções por parte guineense através das línguas, uma vez que os colonos portugueses não entendiam as línguas autóctones da Guiné-Bissau. De acordo com Mariani (2003), toda essa preocupação se deve porque, conforme a autora, a

língua é um instrumento do poder, da cultura e da identidade. Nessa perspectiva, tanto o Estado, como também a Igreja católica, investiram muito para que os colonizados pudessem deixar de lado suas línguas favorecendo a língua portuguesa. Assim, para que o processo de colonização pudesse ser mais eficaz, diversas ações político-linguísticas foram tomadas para dar privilégios aos falantes de português e, ao mesmo tempo, desprestigiar o uso das demais línguas guineenses.

Esse pensamento colonial de dominação linguística se reflete ainda hoje na sociedade guineense em casos como o perfil das pessoas consideradas inteligentes em nossa sociedade. Geralmente tais pessoas são as que “falam bem” o português, assim como são essas pessoas de maior destaque no mercado de trabalho.

Entretanto, a língua foi um fator importantíssimo e fundamental para que o povo guineense conseguisse sua “independência”. Conforme aponta Mariani (2003), tudo acontece na língua e a língua é um instrumento poderoso para qualquer fim. Os portugueses só não conseguiram “muito sucesso” na Guiné-Bissau, porque o povo guineense não permitiu colocar suas línguas no esquecimento. Mesmo assim, depois da independência do país, os dirigentes guineenses decidiram adotar a língua portuguesa como idioma oficial e de ensino, dando-lhe, a partir dessa política linguística, prestígios linguísticos ao idioma do colonizador. Conseqüentemente, o crioulo guineense, que foi uma língua da unidade nacional, foi deixado de fora das políticas linguísticas nacionais.

[...] segundo alguns estudiosos dessa temática, os colonizadores portugueses usaram a sua língua como instrumento de dominação, nesse território, através da chamada “política de assimilação”, que era feita através de seleção de uma pequena parcela da população local, isto é, de africanos que tinham contatos mais próximos com colonizadores. A esses assimilados eram dadas instruções básicas, como ler, escrever e falar corretamente a LP. (NAMONE; TIMBANE, 2017, p.46).

Essa dinâmica utilizada pelos invasores portugueses no que concerne a língua, é a mesma dinâmica que os nossos dirigentes políticos estão reproduzindo no momento, marginalizando o crioulo e prestigiando a língua portuguesa, que só eles e suas famílias tinham acesso total. É importante destacar, conforme explica Lopes-Miguel, em que diz,

[...] português e outras línguas europeias serviam para manter o domínio de uma pequena elite que, conseqüentemente, conduziu à subjugação e à retirada de poderes das sociedades africanas. É o grande e empobrecido campesinato, isto é, as largas massas do povo africano que são despojadas das suas condições socioculturais, econômicas, educacionais e linguísticas (LOPES, 2004, p.477-478).

Uma das explicações possíveis para essa posição dos dirigentes políticos, é que eles ganham com isso, de alguma forma. Em Guiné-Bissau, é a classe política aquela que, supostamente, “fala bem a língua portuguesa”, ocupando os lugares de maior privilégio social. Sendo assim, o Estado mantém a língua portuguesa como única língua oficial, que só a elite tem acesso total, para poder manter os espaços de prestígios que desfrutam. Um cidadão pobre ou comum, dificilmente vai ter garantido pelo Estado o acesso total à língua portuguesa, uma vez que o ensino do idioma nas escolas é deficitário.

O Estado guineense, ou seja, os governantes precisam pôr em prática os ideais da luta da independência, que eram de tornar o povo guineense livres da opressão dos invasores portugueses, isto é, os dirigentes africanos, em particular da Guiné-Bissau, têm a obrigação de criar mecanismos que garanta a liberdade e “boa condição de vida” à população, fato que não vem acontecendo desde a tomada da dita “independência”.

Espero que a sociedade guineense possa abrir uma discussão muito séria a respeito desse fato, o povo guineense, especificamente, os da classe económica baixa, já sofreram bastante com essa marginalização, nós precisamos ser reintegrados nos planos do país. Para isto acontecer passa pela valorização do nosso crioulo, que é a nossa língua, nossa identidade e a nossa cultura, o crioulo é a língua que nos representa e é a língua que sentimos a vontade em expressar, sendo assim ela precisa ser valorizado pelo Estado guineense.

## 2.2 A LÍNGUA PORTUGUESA, UMA LÍNGUA DE PRESTÍGIO NA GUINÉ-BISSAU

Se partirmos do ponto de vista de que tudo acontece na língua e que a língua é um instrumento de poder, conforme Severo (2003) faz todo o sentido para os colonizadores portugueses imporem suas ideias a todo custo, incluindo sua língua, sob os povos do território na época denominado da Guiné portuguesa, ou seja, apresentar para povo guineense na altura com status de colonizados de que, as línguas que falavam eram ruins, incorretas, incompletas, sem regras e mesmo feias. Esta posição dos colonos se deve única e exclusivamente à noção da superioridade em relação aos povos colonizados, configurando sua ação colonizatória também linguística.

Os portugueses precisavam forçar os dominados a falarem a língua portuguesa, assim para melhor poderem controlar o território guineense, na base disso criaram vários decretos-leis que proibiam a utilização das línguas autóctones, em locais que possuíam maior controle.

Essa dinâmica não foi diferente em outros países africanos que sofreram a colonização portuguesa, os procedimentos eram quase os mesmos. Em alguns países, o resultado foi bom

e outros não. A Guiné-Bissau é um desses países em que o resultado não foi bom, e esse fato faz com que os colonizadores tentassem outras estratégias. Daí criou a ideia de assimilado, onde deram alguns indivíduos mais próximos do comando colonial “certos privilégios” que os diferenciavam dos demais.

Na Guiné, chegou a vigorar até 1961 o Estatuto do Indigenato, uma lei que buscava a assimilação. “Um assimilado podia andar onde quisesse, um indígena tinha de ir à administração pedir uma guia e responder a várias perguntas”, contou o antropólogo e arquivista Fodé Mané. Além disso, revelou durante a colonização, deixou de ser permitido ter um nome como o dele, “completamente africano”. Por isso, a reportagem de Gorjão, com fotos de Adriano Miranda e vídeo de Frederico Batista, denomina-se “A colônia onde todas as *Fatumata* tinham de se chamar Maria” (MANÉ, 2017, p.1).

Essa estratégia adotada foi uma simples manobra que, na verdade, consistia em privilégios relativos, conforme apontam os estudos Cá (2008),

A ínfima minoria de africanos ditos civilizados e teoricamente considerados cidadãos portugueses não gozava dos privilégios reservados aos europeus. Alguns deles se encontravam em situação de isolamento, entre a massa da população africana e os colonos, e estes últimos rejeitavam-nos, por meio de uma discriminação declarada ou dissimulada. Portanto, a comunidade multirracial portuguesa era um mito. (CÁ, 2008, p. 45).

Os portugueses usavam a chamada “assimilação” para justificar que os africanos precisavam ser civilizados e o processo e que conduziam não era racista, porque permite os africanos a tornarem portugueses, o que não contaram para mundo é quais eram condições para ser um assimilado. Uso este exemplo da assimilação justamente porque também tem relação com questões linguísticas, se pensarmos que uma das condições para ser assimilado era que o africano precisava saber o português, isso significava deixar de falar suas línguas em favor do português.

Todas essas tentativas de fazer com que os dominados falassem a língua portuguesa forçosamente, mesmo sem terem acesso ao ensino que os capacitasse para tal, contribuíram num “despertar” de atenção para os dominados, e esse despertar facilitou para que não haja resultados imediatos, ou resultados esperados naquele momento.

Os desafios e sacrifícios linguísticos passados pelo povo guineense, provocados pela ação colonial portuguesa, continuaram depois da independência da Guiné-Bissau, entretanto a maioria dos guineenses não percebeu que continua colonizado linguisticamente, a maioria não perceberam isto, porque os dirigentes do país repassam a ideia de que as nossas línguas são inferiores, comparando com as dos europeus, essa atitude dos governantes se deve a duas

possíveis leituras: uma pode ser que eles desconhecem a linguística e outra se baseia no prestígio que eles e suas famílias disfrutaram, porque são os únicos com acesso total dessa língua “estrangeira”.

O estudo de Da Silva (2009) afirma que:

As elites africanas, consequências de um processo intercultural, inclusive de conflito, não viam outra solução para o futuro desses novos países, a não ser utilizar o modelo de Estado europeu deixado como herança na África pelos colonizadores. Esse modelo iria poupar custos e evitar uma nova reorganização geopolítica do continente. (DA SILVA, 2009, p.3).

Os líderes africanos que tomaram o poder após a independência, não conseguiram, até hoje, libertar o país no que se refere à total liberdade sobre “sombras dos colonizadores”, e uma das partes que precisa ser libertada é a parte linguística, levando em consideração que tudo acontece em relação à língua envolve poder, ou seja, ela (língua) é um instrumento de poder.

Na Guiné-Bissau não foi diferente, depois da “independência”, o Estado teve a missão de organizar a nação guineense, com uma política diferente, autônoma, que focaria no nacionalismo. No entanto, não conseguiram libertar uma das partes mais essenciais de uma nação, que é a sua língua, em outras palavras os dirigentes da Guiné-Bissau, não conseguiram libertar-se do pensamento colonial e das práticas coloniais. A adoção da língua portuguesa como a única língua oficial e de ensino, comprometeu o processo da luta contra o colonialismo, tanto que até hoje sofremos com a dependência que temos com relação a Portugal nas questões educacionais, culturais e identitárias. Por exemplo, quando se fala das culturas e histórias das etnias guineenses, um aluno ao escrever o tema do TCC que fala do casamento da etnia pepel encontra várias dificuldades, pois muitas palavras não têm traduções em português. Por exemplo, a palavra *kansaré* e a palavra *Mari* (*kansaré*, é um tipo de cerimônia feita com últimas peças de roupas que um indivíduo usava antes de morrer, a partir dessas peças o sábio sabe o motivo da morte. *Mari*, é uma manifestação feita na celebração do casamento da etnia pepel) estas duas palavras dentre muitas outras não têm a tradução direta no português.

É pouco contraditório lutar contra colonizadores, expulsá-los do nosso território, e, logo após a saída deles, decidir adotar a língua deles como língua oficial do país. Porém, este posicionamento por parte dos líderes africanos tem um viés ideológico. A língua, como sendo um elemento crucial de nacionalidade, deveria ser, para os nossos governantes, uma questão séria a ponto de que não trocassem a nossa identidade por nada, pois não há nada que compre



isso. Outro ponto a ressaltar é que, os dirigentes africanos estão reproduzindo quase tudo o que os colonizadores diziam sobre as nossas línguas, de que elas são “incompletas, feias e inferiores”. Assim, os representantes do governo guineense estão escolhendo agir no sentido de reproduzir a lógica colonial do passado na atualidade.

Essa escolha foi baseada no que a autora Bethania chama de “ideologia do déficit linguístico”, ou seja, na ideia de que a língua do colonizador emancipada e desenvolvida, enquanto que as nossas línguas não devem ser consideradas “línguas”, pois são primitivas e carece de instrumentos científicos para ser designadas como língua propriamente dita. Isso significa dizer, conforme Da Silva (2010, p.4), que “[...] para as elites africanas, as línguas europeias estão mais preparadas e têm inclusive um potencial maior para representar a realidade do mundo atual, com seus avanços tecnológicos e científicos”, para homens desse tempo, era fácil acreditar nessas teorias banais, porque carecem das informações a respeito da língua, na verdade, os colonizadores inculcaram esse pensamento nos dirigentes e inclusive a elite da época africana

Esses discursos sobre as línguas foram sendo consolidados nos países africanos antes e depois de seus processos de independência, continuando, até hoje, a influenciar o pensamento e as crenças linguísticas da maior parte dos povos africanos. Hoje na sociedade guineense, quem tem domínio da língua portuguesa é considerado um intelectual, mesmo não tendo nenhuma formação específica. Vale destacar que, só as famílias pertencentes às elites que usam a língua portuguesa no seu “dia a dia” e também são estas pessoas que a dominam. Parece irônico, mas a verdade é que lutamos contra o colonialismo português, os expulsamos, ficamos felizes de sermos “independentes”, porém continuamos fazendo o que colonizadores faziam com a política de assimilação, “dividir para melhor reinar”.

Todo esse prestígio dado atualmente à língua portuguesa, também se deve pela fala do nosso líder imortal, considerado pai da nação guineense e nosso herói nacional, Amílcar Lopes Cabral, que dizia numa conferência, de que a língua portuguesa era a única coisa boa que colonizadores deixaram para nós (CÁ, 2015, p.82).

Alguns estudiosos criticaram essa fala, outros defendem que Amílcar Cabral proferiu essa fala não para enaltecer a língua portuguesa, mas sim, estava referindo às coisas que os colonizadores deixaram no país, ou seja, dentre as coisas portuguesas que ficaram em Guiné-Bissau, a língua portuguesa era a melhor. Esse é um dos vários indícios, que fez com que o Estado guineense mantivesse a língua portuguesa intocável e prestigiada, o crioulo guineense deveria ter todos esses prestígios dado a língua portuguesa, pois além de ser a língua mais falada é uma língua que maioria dos guineenses sentem livres em se expressar e representa a

nossa identidade nacional, como defende Berenblum (2003), em várias formas de manifestações da identidade, a língua é o mais representativo.

A identidade nacional vai-se construindo nas formas particulares com que cada nação narra a sua própria história, em cada mito de origem, na criação de seus heróis e símbolos nacionais, dos quais a língua é um dos mais representativos. A partir dessas narrativas se elaboram e se compartilham as formas do ser nacional que nos caracterizam, e nos sentimos unidos por um passado e um destino comuns. (BERENBLUM, 2003, p.43).

Se a língua é tudo isso, a Guiné-Bissau precisa o mais rápido possível refletir muito sério sobre a língua portuguesa na Guiné-Bissau, o espaço que ela ocupa, o prestígio que tem. Não faz menor sentido pensar em uma nação em que maior parte da população é “excluída” dessa tal sociedade, a língua portuguesa desde a sua adoção como a única língua oficial e de ensino na Guiné-Bissau, ela complicou mais do que facilitar, a língua portuguesa não representa a população guineense, o exemplo claro disso é o ensino guineense, os estudantes guineenses apresentam muita dificuldade em aprender em língua portuguesa, pois o português não faz “parte” do dia a dia da população guineense, mas, mesmo assim, os dirigentes ainda a coloca como língua superior comparando com nossas línguas nacionais, não quero dizer que a língua portuguesa deve ser excluída na sociedade guineense, pois, querendo ou não o português que se fala na Guiné-Bissau tem os traços próprios, porém acredito que o crioulo, e as demais línguas locais, devem ser as línguas mais prestigiadas, porque é ela que representa nossa identidade, nossa cultura e a nossa nação.

### 2.3 LÍNGUA *KRIOL* (CRIOULA): UMA LÍNGUA DESPRESTIGIADA NA GUINÉ-BISSAU

A língua crioula da Guiné-Bissau é uma língua utilizada em todas as esferas sociais da Guiné-Bissau, podendo ser entendida como a língua nacional guineense. A língua crioula da Guiné-Bissau se deu no processo colonial, isto é, este processo fez com que houve uma grande mistura do povo guineense vindo de diferentes localidades (regiões) do país, com suas línguas e culturas locais.

Na linguística, o termo “crioulo”, designado para definir características de uma determinada língua, é explicado por diversos autores, sob diversos pontos de vista. Embalo, por exemplo, diz que:

O *kriol* é um crioulo de base português, com uma gramática e léxica própria. Surgiu do contacto do português com as línguas africanas, facilitando a comunicação não só entre os europeus e os africanos, mas também entre estes próprios, dada a diversidade linguística da região. Ele ter-se-ia formado entre o fim do século XVI e início do século XVII. (EMBALO, 2008, p.102).

Há, ainda, outros especialistas da língua que definem o crioulo como uma língua que se deu a partir das relações entre pessoas de diferentes línguas, ou relações entre pessoas mais íntimas.

O crioulo é resultado da exposição da criança aos dados do pidgin. As suas capacidades inatas transformam o input (pidgin) recebido de seus pais em língua natural, o crioulo. As línguas crioulas são similares devido ao caráter universal da capacidade linguística inata e são simples porque refletem as estruturas linguísticas mais básicas. (...) O crioulo resulta da cristalização de algum estágio na sequência desenvolvimental devido à deficiência no acesso à língua-alvo (OLIVEIRA, 2005, p.2-3).

Existe uma lacuna no que diz respeito sobre o lugar (região) de origem do crioulo, mas o crioulo ganhou forma com a escravidão e o número de falantes aumentou significativamente no período colonial. Quando os portugueses juntavam os escravizados, proporcionavam muitas possibilidades, ou seja, cediam “inconscientemente” aos escravizados capacidades para que estes criassem outra forma de se comunicar entre si. Por serem estes indivíduos de etnias diferentes, na maioria das vezes nem se conheciam, ou se compreendiam um ao outro. O crioulo falado na Guiné-Bissau, quando se firmou ainda na época colonial, os invasores perceberam que não tinham mais como parar o seu desenvolvimento, resolveram reprovar a sua utilização menosprezando-o.

O kriol desenvolveu-se fundamentalmente nos centros urbanos. A partir dos anos vinte do século XX ele começou a ser estigmatizado e a sua utilização acabou por ser interdita pelas autoridades coloniais, o mesmo acontecendo com as línguas das comunidades etnolinguísticas. O kriol passou a ser visto como uma língua de “não civilizado” e aquele que falasse português era considerado “civilizado” (EMBALO, 2008, p.103).

Os portugueses não tinham como parar a difusão do crioulo, em função desse fato que contribuía para que a dominação dos guineenses não ocorresse como o planejado, o desprezo aos colonizados tornou-se também desprezo à língua que eles usavam. Essa postura em muito contribuiu para colocar nas mentes dos indivíduos escravizados que suas línguas eram sem sentido ou inferiores. Dessa forma, o discurso sobre as línguas dos colonizados foi sendo legitimado como verdade pela maioria da população à época e suas consequências perduram até os dias de hoje. Em outras palavras, os africanos ainda estão mentalmente colonizados,

esse fato é vigente nas sociedades africanas.

A língua crioula desempenhou um importantíssimo papel na luta da libertação da Guiné-Bissau contra o domínio português, pois foi na luta da libertação que o crioulo ganhou estatuto da língua da unidade nacional. Depois da “independência”, a língua crioula passou a ser falada em todo território nacional, ocupando de uma forma definitiva, os lugares que seriam da língua portuguesa, antes e durante a luta de libertação, como foi o caso da rádio nacional da Guiné-Bissau. (EMBALO, 2008).

Houve até tentativas de introduzi-lo [o crioulo] como língua de ensino, mas as experiências levadas a cabo não deram os resultados esperados, certamente motivados por uma confluência de causas que vão, entre outros, desde uma deficiente preparação dos próprios professores, passando pela falta de materiais didáticos e o facto do crioulo apesar de ser língua nacional não ser necessariamente a língua materna dos aprendentes. (EMBALO, 2008, p.103).

É de louvar essas tentativas, mas vale ressaltar que não foi levado muito a sério por parte dos dirigentes guineenses, que podiam aproveitar esses materiais e potenciá-los cientificamente para as diferentes usos na sociedade guineense e não só. O Estado guineense devia dar mais apoios ou trabalhar com esses pesquisadores a fim de promover a língua crioula como língua de ensino e oficial.

Os estudos de Couto e Embaló, citados por Yurna e De Souza (2018), apontam que a língua portuguesa na Guiné-Bissau, mesmo com todo prestígio que foi atribuída, não conseguiu travar a propagação do crioulo, isto é, o povo guineense quer a língua crioula não o português, mas a posição de manter a língua portuguesa como a única língua de ensino e oficial por parte do Estado guineense, como foi explicado acima, é mera questão política para manter a hierarquia.

Couto & Embaló (2010) demonstra que o português, apesar do estatuto de oficialidade em Guiné-Bissau, possui apenas 13% de falantes. O crioulo, a despeito das dezenas de línguas étnicas faladas por diversos grupos étnicos, conta com 75 a 80% de falantes no território guineense. Ou seja, o português, mesmo sendo língua do prestígio, e com seu estatuto oficial, não impede a propagação do crioulo na Guiné-Bissau, já que a língua portuguesa é falada por apenas pessoas escolarizadas. (YURNA e DE SOUZA, 2018. P.4).

Estas pesquisas vêm a comprovar a inquietação de alguns estudantes guineenses da área de linguística, que defendem de uma forma unânime a adoção do crioulo, como língua oficial e de ensino. De minha parte, defendo, neste trabalho, que quando falamos dos insucessos escolares na Guiné-Bissau, a língua portuguesa é uma das principais causadoras

desse fato. Os estudantes guineenses não têm a língua portuguesa como a língua materna e nem a utilizam no seu dia a dia. Tentam, na verdade, falar o português pela obrigação que a sociedade lhes impõe. Nós não nos sentimos à vontade ao falarmos em português, a pedagogia e a sociologia questionam esse tipo de ensino-aprendizagem, em que a criança vai aprender em uma língua, que não é sua língua materna, e muitas das vezes nem é a sua segunda língua.

Daí a necessidade de inserir o crioulo, pelo menos nos anos escolares iniciais, fase que compreende crianças com idade entre quatro e onze anos de idade. Conforme Cumins (1981 apud BENSON, 1993, p.38), “[...] a aquisição de capacidades comunicativas na primeira língua, tanto leitura/escrita como compreensão/fala, influi positivamente a aquisição das capacidades na outra língua”, o que leva a acreditar que, ensinando o *kriol* nas fases iniciais, não complicarão a aprendizagem da língua portuguesa ou qualquer outra língua.

O Estado guineense não promove a língua crioula pelo simples fato de que, colocando o crioulo como a língua oficial e de ensino, todos nós partilharemos a mesma língua, todos terão acesso total ao crioulo “acabará a hierarquia” ou a hegemonia linguística e a ideia de que “quem fala bem o português é inteligente”, mesmo sem ter nenhuma formação. Assim, as elites guineenses não vão se apropriar da língua para manter a sua “superioridade”.

O crioulo é desprestigiado não só pelo fato dela não ter uma escrita oficial, gramática ou dicionário unificado, mas sim pela ideia que os colonizadores inculcaram nas mentes dos colonizados, que até hoje não conseguiram escapar desse fato. O processo da dicionarização e gramaticar o crioulo, não constitui um grande problema para o país, uma vez que existem algumas gramáticas e dicionários organizados pela Igreja Evangélica, e também pelo padre Italiano, Luigi Scantamburlo.

O crioulo tem desempenhado um papel de grande importância no seio guineense, merecendo todo prestígio possível. O Estado guineense, ou os nossos governantes, mesmo com todo papel que o crioulo desempenhou na luta para independência, não criaram políticas ou projetos que a valoriza, juntamente com as outras línguas nacionais. Se a língua, não é só falar, também ela carrega a identidade, a cultura e as relações de poder de seus falantes. Portanto, o crioulo é digno de receber um status mais representativo, pois, é ela que identifica os guineenses.

O Estado guineense apoderou-se da ideia dos invasores coloniais, não se preocupando em desenvolver e instrumentalizar o nosso *kriol*. Muitos guineenses no mundo afora estão questionando a posição do Estado face a essa situação. Também já existem projetos de iniciativa pessoal para a valorização do crioulo e, conseqüentemente, projetos para colocar o

crioulo como língua oficial e de ensino na Guiné-Bissau. O sociólogo guineense Embalo (2014), na altura titular da pasta de secretário da cultura, dentre outros, defende a adoção do crioulo como língua oficial e de ensino um projeto crescente na sociedade guineense, de modo que não se está longe de alcançar seus objetivos, que é valorizar o crioulo o prestigiar como parte essencial de nossa cultura, nossa identidade e nossa representatividade.

As ideias de que o crioulo venha a ser língua de ensino na Guiné-Bissau requer outro planejamento linguístico para o país, diferente do que é praticado atualmente. Um planejamento que modifique o status da língua crioulo, que constitua seu corpus e que organize o sistema de ensino para que sua aquisição seja orientada de forma mais coerente. Assim haverá uma constituição significativa para os usos, discursos e prestígios linguísticos na Guiné-Bissau a partir de um planejamento comprometido com as necessidades de seu povo. Falaremos deste assunto no próximo capítulo.

### 3 CAPÍTULO II - PLANEJAMENTO LINGUÍSTICO NA GUINÉ-BISSAU

Neste capítulo pretendo discutir sobre o conceito de planejamento linguístico, e conseqüentemente, abordar como esse tema se relaciona com o contexto da Guiné-Bissau. No primeiro momento será apresentado o que se entende por planejamento linguístico e os tipos que o compõe, e logo em seguida, será tratado sobre o planejamento estabelecido na Guiné-Bissau.

#### 3.1 O QUE É “PLANEJAMENTO LINGUÍSTICO”?

O termo planejamento linguístico foi abordado por diferentes autores que se interessem por este assunto e traremos algumas visões a respeito do tema. Nas palavras da autora Severo (2013, p.251), o planejamento linguístico “tem focado na implementação das decisões sobre a língua através de estratégias (políticas), como as políticas educacionais, com vistas a influenciar o comportamento dos sujeitos em relação à aquisição e uso dos códigos linguísticos”. Isto significa que o planejamento linguístico se encarrega de organizar as ferramentas ocupadas com a escrita de uma língua e também criar planos, metodologias para a implementação das políticas linguísticas, tais como ações de ensino e “aquisição” das línguas.

Cooper (1989), citado pela autora Gonçalves (2016, p.210), entende o planejamento linguístico como, “processos de operacionalização de uma política linguística”. Esta afirmação nos leva a crer que o planejamento linguístico funciona à base de uma política linguística. Exemplificando, o planejamento só entra em ação quando a política definir ou elege uma língua como: Língua oficial, de ensino, nacional, segunda língua etc. Vale comentar que, mesmo que essa decisão não tenha caráter estatal, o planejamento linguístico funciona no nível informal, cotidiano, distante das ações institucionais e oficiais.

Já no parecer de Zimmermann (1999), citado por Gonçalves (2009), defende-se o planejamento como,

[...] uma área de atuação política, com uma atuação que tem como objeto mudanças nas situações linguísticas. No entanto, as ‘situações linguísticas’ não devem ser entendidas como algo coisificado. Trata-se somente de uma forma abreviada de referir-se às situações sociais em relação com a língua. (GONÇALVES, 2009, p.212).

Essa explicação nos permite dizer que o planejamento só atua depois que a política linguística elege uma língua como língua nacional, oficial ou de ensino etc, ou seja, quando

há o estabelecimento de determinadas funções para determinadas línguas. Comparando as definições do planejamento linguístico, chegaremos à conclusão de que quase todos os autores que pesquisam sobre esse tema, concordam sobre sua área de ação. Há diferenças no que diz respeito às terminologias, por exemplo, quando autores preferem usar a terminologia planificação e outros planejamentos, conforme a língua portuguesa que utilizam, mas, no entanto, tudo se trata da mesma.

Quanto à definição do planejamento linguístico e sua área de atuação não há muita contradição, assim como também no seu objeto de estudo. O estudo de Jahr (1992), mencionado no trabalho de Da Silva (2013, p.292), aponta o planejamento linguístico da seguinte maneira:

O PL [Planejamento Linguístico] refere-se à atividade organizada (privada ou oficial) que busca resolver problemas linguísticos existentes no interior de uma determinada sociedade, geralmente em nível nacional. Por meio do PL, procura-se gerir, transformar ou preservar a norma linguística ou o status social de uma determinada língua (escrita/falada) ou variedade linguística. Em geral, o PL é conduzido em conformidade com um programa oficial ou um conjunto definido de critérios e a partir de um objetivo deliberado, por comitês ou grupos oficialmente constituídos, organizações de caráter privado ou linguistas prescritivistas a serviço de autoridades governamentais (JAHR, 1992 apud DA SILVA, 2013, p. 292).

Há outros estudiosos com pareceres semelhantes ao da definição acima citada, como o autor Hamell (1988) apud Passoni e Luz, (2016), que concebe a política e o planejamento linguístico como um conjunto de ações em várias dimensões públicas relativas à língua, envolvendo três áreas: a política externa, que define o papel, o uso e as funções de cada língua; a política interna, que tem a responsabilidade de elaborar instrumentos linguísticos: os dicionários, as gramáticas etc; e, por fim, o campo do ensino de línguas, responsável por criar mecanismos, projetos e métodos para ensino e aquisição da língua legitimada pelas instâncias anteriores.

Vale enfatizar que é quase impossível falar do planejamento linguístico sem falar da política linguística, ambas áreas que atuam de forma diferente, mas que não podem desligar um do outro, ou, em outras palavras, são indissociáveis. Em conformidade com os estudos de Passoni e Luz (2016, p.219), uma política linguística,

[...] Se refere à deliberação das grandes decisões concernentes à relação entre língua e sociedade, enquanto o planejamento linguístico se define como a implementação da política linguística. Desse modo, as políticas linguísticas implicam relações de poder, de forma que o planejamento representa a passagem à ação, ou seja, implica aspectos de intervenção. Apesar de distinguir a significação destes termos, o autor deixa claro que este é um binômio inseparável, ou seja, uma política linguística não



pode ser concebida de modo dissociado de sua implementação. (PASSONI e LUZ, 2016, p.219).

Embora não fique evidenciada uma diferença significativa entre as visões dos autores aqui apresentados, cada um deles presta atenção a um aspecto específico, sendo, portanto, necessário analisar as questões de planejamento linguístico sobre os vários aspectos possíveis. Passo agora a apresentar os tipos de planejamento linguístico existentes.

### 3.2 TIPOS DE PLANEJAMENTO LINGUÍSTICO

Basicamente, conforme explica Severo (2013 p. 454), são seis tipos do planejamento linguístico: planejamento de corpus e planejamento de status, planejamento de aquisição, de usos, de prestígio e planejamento discursivo. Passamos agora a entender cada um desses planejamentos.

#### 3.2.1 Planejamento de corpus

Este tipo de planejamento envolve primeiramente a escolha do que conta como uma língua a partir das políticas linguísticas adotadas, para, em seguida, elaborar a criação dos instrumentos para ensino, aquisição e aprendizagem, como gramáticas, dicionários, manuais etc. Severo (2013), apresenta o conceito de “planejamento de corpus” em conformidade com ideias de Gadelii (1999), dizendo que,

Inclui as seguintes ações: criação reforma e padronização do sistema ortográfico; especificação de pronúncias, escolha da grafia, expansão vocabular e terminológica; alterações na estrutura gramatical; criação de registros simplificados para fins específicos; cultivo e valorização dos diferentes estilos e gêneros; produção de cartilhas, manuais e livros didáticos voltados para a alfabetização; tradução de obras variadas; produção de dicionários e gramáticas. (GADELII, 1999, apud SEVERO, 2013, p. 456).

A partir deste planejamento linguístico, os países ex-colonizados que quiserem reintegrar suas línguas, desvalorizadas pelo processo de colonização, podem organizar uma educação linguística que as favoreça em diversos aspectos. Também é este planejamento que possibilita a incorporação das mudanças linguísticas existentes nos estudos de uma língua, uma vez que a língua está em constante evolução e mudanças de acordo com necessidades dos seus falantes. Para acompanhar esse fato, o planejamento da língua que se quiser ensinar precisa estar em constante atualização.

### 3.2.2 Planejamento de status

O planejamento de status tem como prioridade estabelecer o local sociopolítico de uma determinada língua, o que acaba por disseminar a aquisição e a aprendizagem dessa língua, conforme o Cooper (1989) aponta:

O planejamento de status diz respeito ao aumento de usos de uma dada língua na comunidade (a nível local ou nacional). Pode incluir, por exemplo, projetos para tornar a língua de um grupo a língua principal no uso diário dentro da comunidade ou incluí-la na escola como língua de instrução ou em sua forma escrita. Por vezes, determina-se, como parte do planejamento de status justamente a não utilização da língua para determinadas funções. (COOPER, 1989, apud GONÇALVES, 2009,p. 213-214).

De acordo com o que o autor diz, o planejamento linguístico de status define, por exemplo, qual a língua ou variedade linguística deve ser considerada a língua oficial de um Estado. Essa língua, a partir desse status planejado, tem a função de homogeneizar a cultura de um Estado e estabelecer uma unificação entre a diversidade linguística existente nos Estados. Dessa mesma forma, o planejamento de status organiza a língua de ensino, a língua de trabalho, a língua de determinado setor social etc.

Como vimos na citação acima, este planejamento não tem somente partes boas, pois também é o grande responsável pelo silenciamento e desvalorização das diversas línguas nacionais, ou seja, do mesmo jeito que ele cria projetos e mecanismos para ampliação de aquisição e de aprendizagem de algumas línguas escolhidas, outras línguas, mesmo que sejam usadas por diversas pessoas, nem sempre possuem valorização no âmbito oficial, tirando-lhes as oportunidades e prestígios na sociedade.

### 3.2.3 Planejamento de aquisição

Este planejamento reúne todas suas capacidades para criar meios e métodos que facilitem aquisição e aprendizagem das línguas. Conforme aponta Gonçalves (2009, p. 214) na qual define o planejamento de aquisição da seguinte maneira,

O planejamento de aquisição relaciona-se a esforços deliberados para promover a aprendizagem de uma língua e envolve a manutenção ou reorganização da língua por membros da comunidade. Inclui, por exemplo, decisões sobre programas escolares de aprendizagem de línguas para crianças e ou para adultos da comunidade e suas famílias. (ZIMMERMANN, 1999, apud GONÇALVES, 2009,p.214).

Se o objetivo é esse, então muitos países estão utilizando este planejamento de forma incorreta, porque o planejamento de aquisição não está ajudando na aprendizagem das línguas. Aqui me refiro ao planejamento oficiais de Estado como acontece, por exemplo, nos países africanos que adotaram as línguas dos colonizadores colocando-as como línguas oficiais e de ensino. Mesmo com este prestígio, os Estados africanos não conseguem gerar planos para aprendizagem e muito menos para a aquisição destas línguas. A prova disso são os alunos que, mesmo tendo estudado doze anos essas línguas, não conseguem “dominá-las” da forma que desejariam.

Vale destacar que a lógica de ensino das línguas do colonizador em contexto africano, muitas vezes, segue a lógica de ensino de língua materna e, como bem sabemos essas línguas trazidas pelos colonizadores são maternas para uma parcela muito pequena da população desses países. O Estado, então, não organiza o acesso do povo à língua oficial e nem constrói um planejamento linguístico de aquisição das línguas maternas existentes no país. O resultado disso é o problema linguístico criado para manter questões coloniais sérias existentes até hoje.

Trago estes exemplos da África por conta de minhas vivências como guineense e tenho propriedade de falar deste tema e da forma como está sendo trabalhada a questão linguística por lá. É importante frisar que esta fala se refere aos domínios do Estado não privados (particular), porque há escolas particulares em vários países africanos que conseguem ter “êxito” no que tange ao ensino da língua do colonizador, mas não são muitos.

### **3.2.4 Planejamento de usos**

Esta parte do planejamento concentra sua atenção nas políticas da divulgação das línguas, este planejamento é o menos abordado nos textos que utilizamos para construir este trabalho, não por ser menos importante, mas talvez porque sua área de atuação é bem limitada e também porque não constitui grandes complexidades. Segundo a autora Severo (2013, p.454), o planejamento de usos engloba “políticas de divulgação e uso das línguas”, basicamente ele cuida das questões de marketing das línguas e sua utilização numa sociedade.

O planejamento de uso de uma língua no que diz respeito à sua promoção dentro e fora do país, acaba por criar um valor simbólico dessa língua que contribui para seu prestígio social. Num mundo capitalista, esse valor também é econômico, beneficiando os falantes de determinada língua com melhores oportunidades de emprego, melhores salários, acesso a vantagens financeiras e sociais, dentre outras possibilidades. Importante dizer que em

contextos de colonização, o planejamento de uso enfoca geralmente a língua do colonizador aumentando o valor e o poder desta língua sobre as línguas dos povos colonizados. Esse planejamento reforça, portanto, uma colonização linguística nos contextos que passaram pelo fenômeno colonial.

### **3.2.5 Planejamento de prestígio**

Este planejamento como o próprio nome diz, foca sua força na hierarquização das línguas, pois, através dele, percebemos o “valor” ou a “importância” dado a cada língua nas sociedades que dispõem de mais de uma língua. Porém estas divisões ou hierarquias acabam dando mais importância a uma língua e, ao mesmo tempo, menosprezando outra, fato que não deve acontecer, uma vez que, do ponto de vista político linguístico, não há uma língua melhor que outra, uma vez que não há grupos de seres humanos melhores que outros.

Conforme assinala Baker (2003), reportado por (Severo 2013), o planejamento de prestígio é definido como parte da “avaliação dos usos linguísticos”. Fazendo uma interpretação literal, parece-nos que este planejamento serve para fazer juízo de valor das línguas, fato que em linguística não deveria existir. Os autores Cobarrubias e Fishman apud Severo (2013, p.455), explicam que “É compreensível que as questões de planejamento linguístico se relacionem a julgamentos de valor. Contudo, uma teoria do planejamento linguístico não precisa, necessariamente, enquanto teoria, assumir uma posição de juízo de valor.” (COBARRUBIAS; FISHMAN, 1983 apud SEVERO, 2013, p.455).

Muitas das vezes cometemos esses erros, inconsciente ou conscientemente, para atribuir mais valor a uma determinada língua, por ser nossa língua ou a língua que mais gostamos. Em diversas vezes esses valores são inculcados em nossa sociedade, fruto de um trabalho intenso e violento dos colonizadores, para que aceitemos suas línguas como superiores às nossas, mais preparadas que as nossas melhores que as nossas línguas. Aí acabamos cometendo erros graves com outras línguas e com seus falantes. Os autores acima mencionados explicam de forma simples e clara qual deve ser nossa posição no que tange a valores das línguas. Não se pode pensar numa sociedade justa quando se promove prestígios a respeito de uma língua e não de outra, favorecendo um grupo de indivíduos e prejudicando outros.

### 3.2.6 Planejamento discursivo

O planejamento discursivo de uma língua tem a ver com questões ideológicas, conforme defende Bianco (2004). O autor designa este planejamento como aquele “[...] Encarregado de lidar com o trabalho ideológico das instituições, mídia, discursos de autoridade, entre outros, na produção e circulação de crenças sobre as línguas, o que afeta diretamente os usos linguísticos. (BIANCO 2004, apud SEVERO 2013, p.255).” Diante disso, este planejamento é verificado com frequência no funcionamento do Estado que detém o poder dominante e determina as leis para controle da população. É, na verdade, uma forma de agir institucional que constrói “verdades” sobre as línguas e as dissemina junto ao grande público através de inúmeras estratégias de formação de opinião. Podemos constatar esse tipo de planejamento linguístico em instituições religiosas, empresas, instituições educacionais etc. É importante dizer que o Estado, muitas vezes, faz uso de outras instituições para que suas ideologias sejam disseminadas.

### 3.3 O PLANEJAMENTO LINGUÍSTICO NA GUINÉ-BISSAU

Antes de tudo, vale destacar que os dois termos política e planejamento linguístico quase não são usados na sociedade guineense, o que não significa que, uma vez que os termos não sejam utilizados, suas práticas deixam de existir. O que vou fazer aqui é trazer minhas percepções como guineense e professor de língua portuguesa em formação sobre essas questões.

A Guiné-Bissau é um país plurilíngue e falar do seu planejamento linguístico exige fazer um recorte muito grande, pois o planejamento linguístico guineense não é algo que trabalha só, não é algo autônomo, ou seja, ele sofre várias influências externas que, muitas vezes, afeta o seu foco na aprendizagem de línguas. As línguas na Guiné-Bissau são hierarquizadas pela política linguística oficial adotada no país. O Estado guineense, já com quarenta e seis anos (46) da “independência política”, não conseguiu ser independente linguisticamente e, muito menos, criar mecanismos que ajudassem no desenvolvimento linguístico guineense. Até hoje, não existe no país nenhum centro que trabalha as questões linguísticas nacionais e, como consequência, não há projetos para valorizar e promoção das línguas autóctones do país.

O planejamento linguístico na Guiné-Bissau atua de uma forma que não respeita a configuração plurilíngue da sociedade guineense, como sabemos a Guiné-Bissau dispõe de

mais de dezoito línguas autóctones, devido a conjuntura política governativa do país faz com que o planejamento linguístico guineense seja um processo que ainda está numa fase, no meu entendimento, “experimental”, porque ainda não são definidos de “forma democrática” quais são as prioridades do governo no que tange às questões linguísticas do país. Quanto a isso, Cá (2015, p.60) faz importante crítica:

[...] Tendo em vista o número de línguas existentes no país, mas não fala de ensino a partir de uma perspectiva plurilingue; Também é necessário fazer uma ressalva sobre a dimensão cultural: o Programa não faz referência às línguas étnicas faladas pelos alunos na sala de aula. Reconhece a heterogeneidade linguística dos alunos, mas não leva em consideração. (CÁ, 2015, p.60).

O programa que a autora se refere, embora não esteja presente na citação acima, é o programa de ensino da língua portuguesa. A política linguística guineense não leva em consideração a importância que as línguas maternas (LM) desempenham no processo de interpretações dos conteúdos escolares. Para, além disso, o planejamento linguístico, como ação que depende do que a política linguística decide, não contempla as línguas maternas no processo de alfabetização das crianças guineenses. O planejamento, por si só não conseguirá colocar nas suas agendas as línguas autóctones guineenses por causa da sua dependência da organização de política linguística que não se preocupe com essa questão.

Não se pode pensar a alfabetização e o ensino da língua portuguesa sem incluir as línguas utilizadas na sociedade guineense, nas suas mais variadas formas e conforme as regiões e grupos etno-linguísticos do país. Sendo assim, o planejamento exerce um papel de grande importância no que concerne à valorização da cultura local e às metodologias para aquisição dos idiomas. O que tem falhado no planejamento linguístico guineense é que, além do total desprezo às línguas locais, não foram criados mecanismos que facilitassem a aquisição das línguas, em geral, e, particularmente daquela que a política linguística guineense elegeu como a única língua oficial e de ensino do país: a língua portuguesa. Se o planejamento linguístico tem como função a criação e organização dos meios, dispositivos e instrumentos para orientar a aprendizagem dos idiomas na Guiné-Bissau acontecem o inverso. De acordo com minhas vivências, uma grande quantidade de estudantes guineenses, desde a pré-primária até o décimo segundo ano da escolaridade, têm imensa dificuldade em falar e compreender um texto escrito em língua portuguesa.

Essa realidade expressa que o planejamento de status organizado no país, o qual tem a língua portuguesa como a única língua oficial e de ensino na base dessa ideia, deveria criar recursos e estratégias necessários para que a população tenha acesso a esse idioma já que não

é a sua língua materna, tampouco da comunicação do dia a dia. Também não há qualquer planejamento de status relacionado às demais línguas nacionais faladas no país, nem mesmo no que diz respeito ao crioulo guineense, língua autóctone majoritária das práticas comunicativas guineenses. Isso equivale dizer que o planejamento de status realizado na Guiné-Bissau é frágil e não traz qualquer vontade política quanto ao aprendizado linguístico dos guineenses.

Quanto às percepções das práticas dos tipos de planejamentos linguísticos na Guiné-Bissau, vale levar em conta que estes termos ainda não são usados lá, como ditos acima. Entretanto é possível comentar como as políticas linguísticas do país têm feito uso de planejamentos diversos para se estabelecer. Digo isso pensando, em primeiro lugar, nas políticas relativas à língua portuguesa na Guiné-Bissau, mas também entendendo que tudo gera uma consequência para as línguas nacionais e, portanto, fazem parte do planejamento linguístico existente para essas línguas.

No que diz respeito ao planejamento de corpus na Guiné-Bissau, por exemplo, o Estado e a sociedade guineense parecem não ter autoridade sobre a língua que dizem ser sua, o crioulo guineense. Não tenho conhecimento, até o momento, de alguma iniciativa do Estado para a criação dos manuais da língua crioula, ou da língua portuguesa falada na Guiné-Bissau. Isto acontece porque a Guiné-Bissau ainda se coloca como dependente linguisticamente de Portugal, reforçando um poder desse Estado ex-colonizador sobre uma língua que não é mais a que foi trazida quando o país fora invadido pelos portugueses. Os manuais gramaticais e dicionários da língua portuguesa ainda são exportados de Portugal.

Minha preocupação nesta parte do planejamento é como é que vamos conseguir introduzir algumas palavras nossas que não têm tradução para o português de Portugal já que acreditamos não ter a “autoridade” sobre a nossa variedade da língua portuguesa? Quando é que vamos assumir o crioulo guineense como nossa língua de identidade nacional e planejar igualmente o corpus dessa língua, dando o prestígio que essa língua e seus falantes merecem? Espero com este, e outros trabalhos nessa linha de pesquisa, poder reverter essa situação, pois só assim conseguiremos resgatar a nossa identidade.

No que concerne ao planejamento de status, que envolve planos para tornar a língua de um determinado grupo social como a língua principal no uso diário num país, na Guiné-Bissau não há um projeto a nível do Estado que atenda a esse quesito com relação ao crioulo. No que diz respeito às línguas autóctones, não há qualquer status definido também para as demais línguas nacionais, organizando sua função no país. E o planejamento existente para a língua que colocaram como oficial não garante muita coisa, uma vez que mais de oitenta e

cinco por cento dos guineenses não utilizam a língua portuguesa no seu dia a dia (CÁ, 2015, p.65). Se houvesse projetos organizados para a aquisição e aprendizagem da língua portuguesa, a margem da diferença entre os que falam e os que não falam a língua portuguesa não seria tão abismal.

O planeamento de aquisição para a aprendizagem da língua portuguesa na Guiné-Bissau, a única língua que se ensina de forma oficial, não tem surtido efeito “louvável”, pois já lá vão quase quarenta anos que se ensina a língua portuguesa na Guiné-Bissau e o resultado ainda é bem mesquinho. Acredito que este planeamento deveria ser tratado como a principal ferramenta para organizar o ensino e a aprendizagem linguística no país, porque ele tem o foco na criação dos projetos ou programas com objetivos de facilitar o aprendizado de uma língua. Creio nos estudos que estão surgindo a respeito desses temas e aceito um mudar de página em breve no que concerne à promoção e à valorização da nossa identidade e cultura por parte do Estado. As pesquisas e trabalhos levados a cabo sobre esta temática têm despertado a atenção dos guineenses, inclusive meio académico.

No que se refere ao planeamento de usos, que inclui nas suas agendas a divulgação das línguas, ou seja, se encarrega da promoção de línguas, seja ela com status oficial, nacional, de ensino, entre outras funções. Na Guiné-Bissau pouco se verifica a atuação deste planeamento a nível do Estado, tanto para a língua portuguesa assim como para as demais línguas locais. Um dado importante a ressaltar é que, nos últimos quatro anos, há uma crescente manifestação, de iniciativas individuais e às vezes coletivas e de carácter privado, para a valorização das línguas nacionais guineenses, sobretudo em relação ao crioulo. Destas manifestações cito o projeto do sociólogo guineense, António Spencer Embaló, em que defende a adoção da língua crioula, como uma das línguas oficiais do país. Em suas palavras, “é uma questão de justiça social o crioulo tornar-se língua oficial na Guiné-Bissau”. (EMBALÓ, 2019). Iniciativas como estas precisam ser promovidas e apoiadas com todos os recursos necessários para concretização dos seus objetivos, porque resgata a nossa identidade.

A explicação possível para o não apoio da parte Estado guineense sobre este tipo de iniciativa se deve, talvez, porque nas suas agendas não aparece como prioridade as questões linguísticas do país. Ou também porque tais línguas não são vistas como fatores importantes na construção de uma nação. Vale lembrar que, negar a importância das línguas numa sociedade é sinónimo de negar a identidade dos indivíduos pertencentes a esta sociedade, de negar os próprios indivíduos.

O planeamento de prestígio responsável pela hierarquização das línguas, hierarquização essa, que acaba sendo interpretado de forma errado confundindo prestígio com



a importância. Na verdade, o que ocorre nesse planejamento é divisão de peso que as línguas assumem, por exemplo, quando uma língua é definida como a língua nacional de um país, seu prestígio não será o mesmo com o prestígio dado a uma língua que só uma pequena comunidade fala. A hierarquização acontece como consequência do planejamento de status das línguas. Na sociedade guineense este planejamento trabalha de uma forma simples, porque só há uma língua com que o Estado se preocupa no âmbito oficial, esta mesma língua que tem o papel de língua oficial, língua de ensino e de alfabetização, no caso a língua portuguesa.

Automaticamente, a língua crioula, apesar de ser língua franca ou contato no país, ela e as demais línguas nacionais, são desprestigiadas e colocadas em uma posição hierarquicamente inferior em relação à língua portuguesa. É de suma importância levarmos em consideração que, linguisticamente, não existe língua melhor e nem pior que outra. Muitas vezes se verifica esta confusão nas sociedades e na Guiné-Bissau não é diferente, pois se confunde muito prestígio e importância. O Estado devia conduzir as questões linguísticas de forma a instrumentalizar línguas nacionais possibilitando seus usos nos mais diversos contextos comunicativos. Entretanto, porque herdou o planejamento colonial, continua a ideia de deixar todas as línguas locais no esquecimento, atribuindo todo o prestígio possível à língua portuguesa.

Para finalizar, o planejamento discursivo foca sua força em promover a língua nas instituições de Estado e demais instituições pregando discurso de autoridade e com pano de fundo nas ideias do Estado sobre as línguas. A prática deste planejamento é vista com muita frequência na sociedade guineense, nos ambientes oficiais e não oficiais. Houve um ano que foi decretado para as escolas do país que ninguém poderia expressar-se em crioulo no ambiente escolar, apesar de ser esta a língua mais falada no país. Caso houvesse desobediência, o sujeito pagaria uma multa ou receberia diversos castigos, inclusive com violência física. Os rádios e televisão são obrigados a passar alguns noticiários em português, como se os guineenses não entendem o crioulo e compreendessem bem a língua colonial. Por trás desses atos que relatei está o discurso da “língua que serve” e da “língua que não serve” para os guineenses, na visão das instituições oficiais. O desprezo relativo ao crioulo guineense reforça o discurso de que esta língua é incapaz de conduzir as questões relevantes da sociedade guineense, enquanto a língua portuguesa é dita como a melhor opção para isso. Entendemos que esta posição do Estado guineense tem a ver com a herança colonial, pois a Guiné-Bissau não tem um planejamento cem por cento guineenses, mantendo, ainda, os principais traços coloniais.

A Guiné-Bissau precisa repensar seriamente o seu planejamento linguístico, porque os planejamentos que têm levado a cabo até aqui não surtiram efeitos desejados, pelo menos no ponto de vista do povo, e vale lembrar que pode ser este é o desejo do Estado guineense, uma vez que adotou os métodos deixados pelos colonizadores portugueses. Precisamos abandonar de forma cabal os hábitos herdados dos colonizadores e pensar localmente, partindo, depois, para o global. Só assim chegaremos a meta que todos os guineense desejam que seja de ver as nossas línguas serem respeitadas, resgatadas, valorizadas pelo Estado. Assim, teremos nossas identidades e culturas devidamente pensadas nas políticas locais.

O planejamento precisa agir primeiramente localmente, não o ao contrário. O que quer dizer que, não adianta pensar num planejamento linguístico sem levar em consideração as línguas maternas dos falantes, fato esse, que os países africanos ainda não conseguem colocar nos seus planejamentos. Essa dependência talvez se verifica porque estes países não dão valor e prestígios adequado as suas próprias línguas, em favor das línguas europeias, que acham “melhor” mais “bonitas” ou línguas científicas.

Segundo Da Silva (2013), nenhum planejamento linguístico deve ser pensado fora do seu contexto. Alguns países africanos vêm cometendo um grande erro no que diz respeito aos seus planejamentos linguísticos, como é sabido, muitos destes países adotaram a língua dos invasores, como línguas “mais bonitas e mais preparadas para globalização” do que a própria língua, o que não corresponde a mínima verdade, infelizmente há mentes que ainda não conseguem se libertar do jugo colonial, inclusive dos líderes africanos.

Grosso número dos africanos ainda acredita ser incapaz face a um europeu, americano ou asiático, não podemos negar que isso foi resultado das invasões que a África sofreu, mas o mais inaceitável é, em pleno século XXI, ser cobaia de potências mundiais. Temos que fazer os nossos próprios caminhos, não podemos continuar a aceitar a exploração, como tem relatado a história. A Guiné-Bissau, país que me viu nascer, também sofre com este problema, sendo um país colonizado por Portugal, aí tudo que vem de lá “é melhor”, “é mais bonito”, “é mais inteligente”. O nosso Estado guineense é grande reprodutor e disseminador dessas ideias dos invasores e, até hoje, nós ficamos à mercê desses discursos coloniais.

## **4 CAPÍTULO III - O QUE OS GUINEENSES TÊM A DIZER SOBRE O ASSUNTO**

Nesse capítulo, apresento o resultado da pesquisa realizada com colaboradores guineenses sobre suas preferências entre a língua crioula e língua portuguesa na Guiné-Bissau, e, ao mesmo tempo faço as análises dessas respostas fazendo a conexão com os referenciais teóricos lidos para o desenvolvimento desta pesquisa, no primeiro momento, apresento a elaboração inicial, os questionários e, no segundo momento, trago as respostas sobre os questionários acompanhados da minha análise.

Como toda a pesquisa do tipo exploratória, é necessária a realização de estudos e leituras dos referenciais teóricos e de material documental sobre o tema a ser explorado. As leituras fundamentaram fichamentos e resumos que organizaram os capítulos teóricos desse trabalho, bem como fundamentaram a pesquisa em seu todo. Após essas etapas preliminares de preparação do embasamento, o passo a seguir foi elaborar um questionário com um total de cinco perguntas sobre as línguas crioula e portuguesa na Guiné-Bissau. O objetivo que se quis atingir com este questionário foi entender em que medida os guineenses estão insatisfeitos ou satisfeitos sobre o fato de a língua portuguesa ser a única língua oficial e de ensino do país, mesmo a Guiné-Bissau sendo um país multilíngue e a língua portuguesa só sendo falada por onze por cento da população.

Em seguida, o questionário foi entregue aos colaboradores/entrevistados e, após isso, todos os questionários – num total de dezoito – foram analisados. Neste processo, todas as respostas foram submetidas aos referenciais teóricos. Por conta das diferentes ideias contidas nas respostas dos entrevistados, não foi uma tarefa fácil analisá-las, visto que nem todos os entrevistados tiveram suas respostas na mesma linha do pensamento que este trabalho defende. Mas há um dado especial a ser ressaltado: mais oitenta por cento dos entrevistados tiveram suas respostas com ideias semelhantes às que defende este trabalho.

### **4.1 A PESQUISA REALIZADA**

Foram elaboradas questões para os entrevistados guineenses de ensino superior responderem, com o objetivo de saber suas opiniões e preferências a respeito das línguas crioula e portuguesa em suas vivências. Os colaboradores e colaboradoras dessa pesquisa

foram homens e mulheres guineenses adultos, com idade entre 21 e 31 anos, pertencentes às mais variadas etnias da Guiné-Bissau, totalizando vinte (20) respondentes. Abaixo compartilho um quadro que melhor apresenta esse grupo de colaboradores/entrevistados e no apêndice está disponibilizado o questionário completo, por questão de desajustes das colunas dos quadros, abreviei as palavras “língua portuguesa” em LP. Uma ressalva, alguns dos entrevistados deixaram de preencher ou responder alguma pergunta, sendo assim, alguma linha pode ficar sem preenchimento.

**Quadro 1 - Informações dos entrevistados**

Entrevistado	Idade	Gênero	Língua materna/étnica	Onde aprendeu a LP	Com quantos anos aprendeu a LP
01	24 anos	Masculino	Crioulo	Na escola	Com 09 anos
02	22 anos	Masculino	Pepel	Na escola	Com 09 anos
03	26 anos	Masculino	Balanta	Na escola	Com 09 anos
04	21 anos	Feminino	Balanta	Na escola	Com 03 anos
05	27 anos	Masculino	Manjaco	Na escola	Não lembro
06	28 anos	Masculino	Balanta	Na escola	Com 07 anos
07	25 anos	Masculino	Pepel	Na escola	Com 07 anos
08	25 anos	Feminino	Pepel	Na escola	Com 02 anos
09	26 anos	Masculino	Mandinga	Na escola	Com 15 anos
10	24 anos	Masculino	Mandinga	Na escola	Com 05 anos
11	29 anos	Masculino	Balanta	Na escola	Com 07 ou 08 anos
12	25 anos	Feminino	Crioulo	Na escola	Com 08 ou 09 anos
13	31 anos	Masculino	Djacanca	Na Bissau	Com 20 anos
14	22 anos	Masculino	Crioulo	Na escola	
15	28 anos	Masculino	Bijagó	Na escola	Com 08 anos
16	27 anos	Masculino	Fula	Na escola	Com 10 anos
17	28 anos	Masculino	Manjaco	Na escola	Com 14 anos
18	23 anos	Feminino	Manjaca	Na escola	Com 15 anos

Fonte: Autoria própria.

O questionário criado possuía duas partes, sendo a parte primeira reservada às informações pessoais dos entrevistados e a parte seguinte destinada às suas opiniões e preferências sobre as duas línguas tratadas nesse estudo, nomeadamente, as línguas crioula e

portuguesa. A ideia inicial era entrevistar vinte estudantes do ensino superior sendo que dez (10) questionários seriam para mulheres e outros dez (10) para homens, o que poderia nos proporcionar uma equidade de gênero. O questionário foi, então, impresso e entregue em mãos para dezanove colaboradores, ainda antes do período da pandemia. Apenas um desses entrevistados que recebeu o formulário através do email. Entretanto, o primeiro desafio foi conseguir essa igualdade dentre os respondentes, pois somente três (3) mulheres responderam, num total de oito (8) a quem conseguimos entregar o formulário. Dentre os homens, apenas sete haviam respondido e, então, percebemos que deveríamos mudar o nosso método. Fizemos novas abordagens, com novos colaboradores e colaboradoras, explicando melhor os objetivos da pesquisa e conseguimos mais respostas de entrevistados e entrevistadas, ainda assim, a maioria dos respondentes pertence ao gênero masculino.

## 4.2 ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS SOBRE A LÍNGUA CRIOLA E PORTUGUESA NA SOCIEDADE GUINEENSE

### 4.2.1 Sobre as informações pessoais dos/das respondentes

A primeira parte das questões refere-se a informações pessoais dos entrevistados, como: (a) Idade; (b) Gênero; (c) Região de origem na Guiné-Bissau; (d) Língua materna; (e) Onde aprendeu a língua portuguesa, e; (f) Com quantos anos aprendeu a língua portuguesa. Com essas perguntas, foi possível traçar um perfil do grupo de entrevistados que segue abaixo, dividido em cada categoria:

a) Idade: Todos os entrevistados têm, no mínimo, vinte anos, sendo que o entrevistado mais velho tem trinta e um anos de idade (na ocasião da resposta à pesquisa).

b) Região: Dentre os vinte entrevistados, nove não responderam sobre a sua região de origem na Guiné-Bissau. Dez disseram que nasceram em Bissau e um em Bolama Bijagós, antigo capital do país. Não se sabe a razão pela qual algumas pessoas não responderam sobre suas origens, pois esta questão está bem elaborada e bem clara, como a outra não se sabe se é por algum descuido deles/delas.

c) Língua materna: Nenhum dos entrevistados tem a língua portuguesa como sua língua materna, sendo que todos aprenderam a língua portuguesa na escola, em idades variadas, conforme cada um/uma. No que concerne sobre as diferenças de idade em que os entrevistados/as aprenderam a língua portuguesa, é preciso explicar que a maioria das famílias guineenses não consegue colocar as crianças na escola na idade certa porque, muitas das

vezes, as escolas ficam longe de casa e os pais, com dificuldades financeiras, acabam preferindo deixar a criança atingir certa maturidade para depois colocar ela na escola. Outro fator a ser mencionado é que o Estado guineense não garante condições necessárias para as crianças estarem nas escolas na idade estabelecida pela lei. Os pais fazem tudo por conta própria e, quando estes não conseguem, a criança simplesmente não estuda. Há outros fatores, mas estes são fundamentais.

Há um dado que chamou atenção com relação ao entrevistado número 13 que diz que aprendeu a língua portuguesa com vinte anos de idade. Pode-se pensar que esta pessoa começou a estudar mais tarde em relação aos entrevistados números 09 e 17, por exemplo, que declararam ter aprendido a língua portuguesa com catorze anos de idade. Uma inquietude é despertada com base nos dizeres dos entrevistados: na Guiné-Bissau, no âmbito das escolas públicas, será que é possível aprender a língua portuguesa – do jeito precário que a ensinam – em um ano apenas? Também é importante destacar que, para aqueles que começaram o aprendizado de língua portuguesa com idade mais avançada, o aprendizado torna-se mais difícil ainda, devido a vários fatores, um deles é a questão psicológica. Estes indivíduos deveriam começar a estudar por volta dos 5 anos de idade, porém, como isso não foi possível, eles, com 14 ou 20 anos, terão que ficar, na maioria das vezes, na mesma sala que as crianças menores.

Para além do problema de diferenças etárias, que exigem metodologias específicas para cada faixa, há a questão das metodologias inapropriadas, muitas vezes desatualizadas, que ainda persistem. Conforme a fala do Docente (B, apud Yurna e Souza, (2018),

[...] Costumo dizer que a forma como a língua portuguesa é ensinada na Guiné-Bissau não dá nenhuma qualificação, nem a competência linguística a uma criança [...] Sabemos que nos séculos passados o ensino era realizado por um indivíduo professor que falava durante as aulas, sem participação dos alunos. Tradicionalmente o professor orientava os alunos a ler e fazer o ditado sem ter o conhecimento dos sons. (DOCENTE B, apud YURNA e SOUZA, 2018, p.12.)

Em suma, o que se verifica nos primeiros anos da escolaridade é o contato da criança ou adolescente com a língua portuguesa, que começam a ser alfabetizados nesta língua. Não se pode dizer que em apenas um ano o estudante aprendeu a língua portuguesa nas escolas públicas do país. Talvez isso aconteça com mais eficácia nos cursos das escolas particulares destinadas somente para o ensino da língua portuguesa. Fora isso, é muito difícil aprender a língua portuguesa em um ano nas escolas públicas do país, isso levando em consideração o processo de alfabetização e o aprendizado dessa língua que se limita ao nível “básico do

básico”. Para um aprendizado mais consistente do idioma seria preciso mais tempo e melhores condições de ensino.

#### 4.2.2 Informações sobre as línguas crioula e portuguesa

A segunda parte das questões se refere às questões linguísticas envolvendo opiniões e preferências dos/das entrevistados/as, tanto sobre a língua crioula, quanto sobre a língua portuguesa, com base em três aspectos: Ensino, língua oficial e identidade. As respostas serão agrupadas de acordo com o que os entrevistados demonstraram em suas falas, pelas semelhanças que apresentam e, em seguida, apresento meus comentários.

##### *PERGUNTA 1: QUAL LÍNGUA VOCÊ PREFERE PARA O ENSINO, PORTUGUÊS OU CRIOULO DA GUINÉ-BISSAU? POR QUÊ?*

Dos dezoito entrevistados/as, doze preferem a língua crioula como língua do ensino, quatro disseram preferir as duas línguas e, ao contrário destes, dois entrevistados acreditam que a língua portuguesa reúne mais condições para o ensino guineense do que as línguas locais. O entrevistado 7, representando o grupo dos que preferem o crioulo como a única língua de ensino diz: “Prefiro a língua crioulo (*kriol*). Porque é a **língua de afetividade** e comunicação na Guiné-Bissau. Nesta língua os alunos **sentiram mais vontade de fazer perguntas**, o que vai fortalecer a comunicação entre professor e aluno”. (grifos meus)

Não é uma surpresa a preferência do crioulo pela maioria dos/das entrevistados/as, pois o crioulo, além de ser sagrado para os guineenses, carrega em si o símbolo da resistência contra a colonização, à representação da unidade nacional, da cultura e da identidade nacional. Além disso, o crioulo possibilita o entendimento dos conteúdos em menos tempo de estudo, já que é uma língua que os estudantes estão mais familiarizados. Os estudantes guineenses na Guiné-Bissau hoje desde sempre e até hoje, queixam-se muito sobre a dificuldade de aprendizagem e, quando se pergunta o porquê dessa dificuldade, a resposta recai sobre o uso da língua portuguesa no ensino.

Os estudantes apresentam muita dificuldade para interpretar e compreender os conteúdos, não por culpa própria, mas pelo mau planejamento das metodologias em que se ensinam o português, e o ensino em português na Guiné-Bissau. Segundo Cá (2015), às crianças quando são inseridas na escola estranham o ambiente escolar porque são obrigados a abandonar tudo que aprenderam em casa, desde a língua materna até às questões identitárias,

no caso, a língua crioula ou outras línguas nacionais,

As crianças guineenses entram em contato com o mundo da cultura escrita escolar, sendo privadas dos conhecimentos linguísticos prévios já adquiridos, tanto na aquisição de uma das 25 línguas pertencentes aos diferentes grupos étnicos que constituem nossa população como também conhecimentos culturais e práticas de letramento relacionadas ao crioulo, língua nacional. (CA, 2015, p.18).

Diallo (2007 apud Cá, 2015), aponta que, uma vez que a utilização da língua materna não seja interrompida ou impedida de ser usada, esta língua materna facilita também o aprendizado em outra língua,

A utilização da língua materna ou usual garante a continuidade do desenvolvimento psico-motor, afetivo e cognitivo da criança: tirar-lhe esta oportunidade, significa colocá-la deliberadamente numa situação de desequilíbrio permanente (DIALLO, 2007, p. 11, apud CA, 2015, p.82).

Percebe-se que o que está acontecendo no ambiente de ensino guineense é uma “negação” do Estado à identidade dos guineenses, ao desenvolvimento educacional e intelectual dos estudantes guineenses. Aparentemente, manter a língua portuguesa como a única língua do ensino configura um erro, ou seja, esta é uma cópia do planejamento de prestígio que foi desenvolvido pelos colonizadores ainda lá trás, os governadores depois da dita independência em 1973, não conseguiram desvincular das ideias dos colonizadores, ou reproduzem quase tudo que lutavam contra, antes da independência. A Guiné-Bissau tem a língua portuguesa, a língua inglesa e a língua francesa como línguas obrigatórias no seu currículo, mas o crioulo não, o que provoca a reflexão: “Por que não colocar o crioulo e algumas línguas autóctones como obrigatórias também?”

O entrevistado 12, representando o grupo dos que preferem as duas línguas como línguas de ensino na Guiné-Bissau, diz:

Quanto à escolha de uma língua preferencial para o ensino na GB; prefiro que as duas línguas sejam adequadas ao sistema do ensino. Quer dizer seguir o modelo de ensino bilíngue. No entanto, o ensino de crioulo precisa de estudos profundamente desenvolvidos sobre a estrutura do *kriol*. (Entrevistado nº12 – livre depoimento)

Colocar o crioulo junto com o português para facilitar o aprendizado na Guiné-Bissau, pode ser uma política linguística favorável, vários estudiosos da Guiné-Bissau, como Embalo (2020), Cá (2017) e Mendesetal (2018), têm defendido a adoção do crioulo como uma das línguas do ensino do país e também quanto à oficialidade do idioma, não só pelas



questões indenitárias, mas também pela afinidade e fácil compreensão dos alunos, Afinal das contas é a língua em que se expressam com maior facilidade, todos esses esforços são deixado de lado pelo Estado guineense devia usar sua influência e mobilização para um planejamento que promove esses estudos, nesse caso específico o planejamento de usos, que por sua vez divulga, enfatiza, e faz marketing de uma língua.

Há momentos em que os/as entrevistados/as enfatizam sobre a estrutura do crioulo e sua grafia oficial. Na verdade, muitos guineenses veem como problema estes aspectos e acreditam que eles impedem o “desenvolvimento” do crioulo e, conseqüentemente, a não utilização do idioma como uma das línguas de ensino e língua oficial. Inclusive, Augel (2006), apud Cá (2015), acredita que a não regulamentação do crioulo possibilita certa insegurança no seu uso,

O fato da língua guineense estar inserida numa sociedade multilíngue e de até hoje não ter havido uma regulamentação para sua escrita ocasiona uma grande insegurança quanto à maneira de grafá-la, sendo natural um certo número de variações e incertezas, a começar pela própria denominação: crioulo, criol, kriol, kiriol são algumas variantes mais frequentes (AUGEL, 2006, p. 74, apud CA, 2015, p, 75).

Essas variações da escrita só acontecem porque não há uma norma oficial de grafar as palavras o que mostra claramente o desinteresse do Estado guineense em organizar políticas linguísticas apropriadas para a língua crioula. Existem vários estudos, ainda no estágio inicial, que poderiam ser acolhidos e financiados pelo Estado guineense, estes estudos e estudiosos uma vez apoiados, contribuirão significativamente para a formação dessas políticas.

Este na verdade é um problema de planejamento de corpus, uma área de estudos responsável pela elaboração de codificação, alfabetos e conseqüentemente criação de uma gramática para uma língua, no país é imperceptível a atuação desse tipo de planejamento, nem mesmo para a língua portuguesa, é importante deixar claro que o português que refiro, não é a variação falada fora do país, sendo assim, é insignificante utilizar gramáticas elaboradas para outro contexto em nossa realidade, por exemplo, se vê muito a utilização dos materiais didáticos nas escolas guineenses, mas estes materiais vieram de Portugal e são elaborados exclusivamente para falantes nativos da língua portuguesa e nós não temos a língua portuguesa como nossa língua materna, em muitos casos ela é a nossa terceira língua.

Entretanto o problema persiste porque o Estado nunca nutriu uma paixão pelo nosso crioulo, aparentando que a língua não representa nada para estes governantes. Destes

trabalhos os que mais tiveram repercussões são o trabalho do padre Luigi Scantamburlo (*Disionariu guinesi-purtugis*) e o do grupo da Igreja Evangélica Assembleia de Deus (*Bíblia sagrada em crioulo*). Estes trabalhos poderiam ser aproveitados e aprimorados como ponto de partida para estudos mais aprofundados no que tange à organização da língua crioula e sua grafia.

Existe uma ideia desenvolvida pelos europeus, especialmente no âmbito das ações colonizadoras, reforçadas nos discursos da “lusofonia”, que defendem que uma língua para “existir de verdade” precisa da escrita. Neste trabalho, entendo essa concepção como um malabarismo para hierarquização das pessoas, das culturas, dos povos e de suas línguas. Os europeus, quando planejavam invadir a África para impor seu poder e sua cultura, sabiam que a língua é/era um dos fatores determinantes para a consumação da invasão (colonização), ou seja, a língua também é um instrumento de poder/dominação. Na base disso, levaram essa ideia para África, de que as línguas sem escrita são incompletas, primitivas, feias e não científicas ou, indo mais longe, não merecem ser designadas de línguas. Nesse sentido, muitas das línguas africanas são chamadas de “dialetos” e não de línguas.

As línguas europeias começaram a ser associadas à escrita dentro de restritos ambientes de poder: nas cortes de príncipes, bispos, reis e imperadores. (GNERRE, 2009,p.7). O autor Gnerre (2009), no seu trabalho intitulado “Linguagem, escrita e poder”, aponta que a ideia de associar linguagem falada à escrita reside no fato de desprestigiar certos grupos sociais em detrimento de outros, no que concerne aos privilégios da sociedade em que vivem. Em outras palavras, esta ideia constitui-se na hierarquização e discriminação dos indivíduos de uma sociedade, em que o Estado desempenha papel fundamental na efetivação dessa desigualdade. Gnerre (2009) aponta que as línguas não precisam de escrita para serem preparadas, elas podem ser desenvolvidas ou consideradas evoluídas mesmo na sua forma oral.

Como apontado antes, as línguas começaram a ser relacionadas à escrita num ambiente de prestígio e de poder, uma visão que ainda perdura até hoje, operando discursos e práticas discriminatórias. Entender que a língua não precisa de escrita para existir não é levado muito em consideração pela maioria das pessoas e instituições. Um exemplo claro disso é a África, onde muitos países não colocaram suas línguas como uma das línguas oficiais e de ensino por considerarem que suas línguas não possuem escrita. Não há, na Guiné-Bissau, a organização de políticas linguísticas que contemplem a característica oral das línguas nacionais e isso contribui para desprestigiar certos grupos sociais cujas suas línguas são orais. Este não é um fato determinante, mas é um dos fatores determinantes neste quesito,

os próprios europeus enfatizam esta questão de as línguas africanas não terem a escrita, e por tanto não podem/devem assumir a posição da língua oficial e de ensino.

Na Guiné-Bissau este tem sido um obstáculo para a adoção da língua crioula (*kriol*) como uma das línguas oficiais e de ensino do país, porque a maioria dos guineenses acha que o crioulo precisa primeiro ter uma escrita para depois ser oficializada. A língua crioula, como qualquer outra língua, não necessita da escrita para assumir o status de língua oficial ou de ensino na Guiné-Bissau, pois ela carrega os elementos comunicativos, indeníveis tradicionais para cumprir seu papel social no país, além de representar símbolo da unidade nacional. O Crioulo é mais que um simples meio de passar ou receber informações. Ele pode ser utilizado na sua forma oral, característica das línguas africanas, e não podemos deixar essa tradição ser excluída pelas visões ocidentais que acham que as línguas africanas não possuem o seu valor próprio.

Levanto aqui mais uma reflexão com base no que foi dito até então. Sendo a Guiné-Bissau um contexto multilíngue, porque escolhemos uma educação monolíngue? Se o multilinguismo é uma característica de nossa cultura, porque não usar o seu potencial cultural, o seu universo de saberes próprios, na educação dos/das guineenses? Mais ainda, porque termos uma educação linguística monolíngue e lusófona dessa forma problemática como acontece?

Dentre os/as entrevistados/as que preferem a língua portuguesa como a única língua do ensino, o entrevistado 14, representando seu grupo, respondeu da seguinte maneira: “Português é melhor para ensino formal, porque não temos instituições de Ensino superior com quali e quanti suficientes para atender nossa sociedade. Assim, com o crioulo, os nossos estudantes sentirão dificuldades no estrangeiro”. Nesta fala se verificam duas preocupações quanto à fala do entrevistado: primeiro, ele acredita que a língua portuguesa é melhor do que o crioulo e, em um segundo aspecto, ele acredita que os estudantes guineenses terão dificuldades quando estiverem no estrangeiro.

Sobre o primeiro ponto, o pensamento do entrevistado reflete o que a maioria dos guineenses acredita em relação à língua portuguesa ser melhor mais bonita e mais completa que crioulo. Esta ideia paira na cabeça dos guineenses justamente porque é o que o Estado, a partir da reprodução da lógica colonial, inculca nos cidadãos. Mesmo após a proclamação da dita “independência” em 1973 e até hoje não houve nenhuma política linguística oficial a respeito da valorização e do suposto “desenvolvimento” do crioulo.

Pode-se dizer que esta fala, de algum modo, está associada ou tem vestígios coloniais, ou seja, o entrevistado está reproduzindo o que invasores europeus pregavam sobre

superioridades entre línguas que, de acordo com um dos objetivos principais da linguagem/comunicação, não existe língua superior ou inferior, toda língua serve no seu contexto. Corroborando a ideia de Quijano (2005) a qual aponta que a modernidade dos países especialmente colonizados não conseguiu criar suas próprias formas de produção intelectual, o que ele chama de colonialidade do saber, “a elaboração intelectual do processo de modernidade produziu uma perspectiva de conhecimento e um modo de produzir conhecimento que demonstram o caráter do padrão mundial de poder: colonial/moderno, capitalista e eurocêntrico” (QUIJANO, 2005, p. 115).

Desta mesma maneira, o sociólogo Ramón Grosfoguel (2008) alega que “Com a descolonização jurídico-política saímos de um período de “colonialismo global” para entrar num período de “colonialidade global”“. Para este autor, os dois termos (colonialismo e colonialidade) não são as mesmas coisas, pois apesar de possuírem o mesmo objetivo (mostrar-se superior), funcionam de forma diferente.

Dizer colonialidade não é o mesmo que dizer colonialismo. Não se trata de uma forma recorrente nem antecedente da modernidade. Colonialidade e modernidade constituem duas faces de uma mesma moeda. Da mesma maneira que a revolução industrial europeia foi possível graças às formas coercivas de trabalho na periferia, as novas identidades, direitos, leis e instituições da modernidade, de que são exemplo os Estado-nação, a cidadania e a democracia, formaram-se durante um processo de interação colonial, e também de dominação/exploração, com povos não-ocidentais. (GROSFOGUEL, 2008. p. 125)

A colonialidade do saber seria de acordo com Mignolo (2003), um tipo de colonização modificada, na qual os europeus continuam a dominar, são eles quem escolhe os saberes e os conhecimentos a serem validados, ou seja, o eurocentrismo, que sempre quer manter a dominação dos outros e a medida que mundo evolui criam inventam atualizam essas formas de controle dos mais desatentos.

É compreensível que o entrevistado tenha expressado essa posição, pois os guineenses crescem aprendendo isso. Mesmo na escola, essa mesma ideia é passada aos estudantes, manifestando uma reprodução do pensamento colonial. Nesse pensamento colonizado, “tudo que é africano é inferior ao europeu, americano etc”, isto inclui todos os aspectos, seja ele cultural, intelectual ou qualquer outro. Aqui comprova a ideia defendida pelos autores, Quijano e Grosfoguel, sobre a colonialidade do saber, como uma forma “nova” reintroduzir ideais do colonialismo/dominação, entre os mesmos povos. Nós precisamos nos libertar dessa prática, afinal das contas lutamos contra o imperialismo dos invasores, então porque continuar reproduzindo o que outrora dizemos que éramos contra? Temos que forjar

nossos próprios caminhos, nossos próprios modelos de desenvolvimento que nos permitam incluir a todos sem discriminação.

Percebe-se também nesta fala que há uma reprodução da ideia da superioridade linguística defendida pelos invasores e “apoiada” pelo Estado guineense, no que tange à importância, ao valor e ao reconhecimento das duas línguas supracitadas. A colocação deste entrevistado lembra as explicações dadas por Mariani (2003) sobre a “política de colonização linguística”, em que a autora explica como o processo de colonização linguística foi desenvolvido. Mesmo tendo como contexto o Brasil, a sua explanação também se aplica aos países africanos de língua portuguesa, que é o caso da Guiné-Bissau. Segundo a autora, para a concretização desse processo, os invasores fizeram planejamentos em diversas áreas, entre elas: a religião, as leis e a obrigatoriedade de utilização do português pelos colonizadores. (MARIANI, 2003). Infelizmente, ainda hoje, a Guiné-Bissau e outros países africanos não conseguiram se libertar do jugo colonial referente às línguas. Esse processo de reprodução só tem êxito porque a elite, os governantes e o Estado de alguns países africanos cooperaram na disseminação da supremacia europeia.

O trabalho de Da Silva (2009) também traz uma discussão importante no que diz a respeito da compreensão do por que da escolha das línguas europeias na África em vez das línguas locais. O autor menciona as desculpas que alguns Estados africanos utilizam para justificar a escolha das línguas europeias, mas fazendo uma análise mais atenta, percebe-se que são apenas desculpas e esses Estados estão tentando “tapar o sol com a peneira”. De acordo com Da Silva,

[...] Após a independência, era extremamente necessário criar, forjar uma identidade nacional, acima da identidade étnica, [...] As elites africanas logo perceberam que a língua seria mais que um meio para isso, pois “a língua funciona como forma de dominação e homogeneização cultural e como forma de resistência cultural” e também sob a língua oficial que seria construído a nova nação. (DA SILVA, 2009, p.4).

Conforme Bourdieu (1996, p.32, apud DA SILVA, 2009, p.4), diz que “[...]é no processo de constituição do Estado que se criam as condições da constituição de um mercado linguístico unificado e dominado pela língua oficial.” Para os países africanos, que possuem multilinguismos como característica forte, o processo para criação de uma identidade nacional e desse mercado linguístico unificado através de uma língua oficial europeia será bem mais complexo, sobretudo para Estados que possuem uma língua nacional majoritária, como é o caso da Guiné-Bissau. Ocorre um domínio linguístico de uma língua e culturas europeias

sobre as locais e, para, além disso, o apagamento de uma marca indenitária expressiva representada pela língua da unificação nacional, o crioulo.

Países que possuem uma língua nacional majoritária e decidiram não estabelecer que esta língua fosse, pelo menos, uma de suas línguas oficiais, pode-se dizer que alimentam ainda as ideias da colonização, as quais encontram-se bem enraizadas nessa sociedade. Não se percebe com facilidade, que precisam afirmar suas culturas e identidades também através das línguas e acabam por desprestigiar as línguas locais, o que significa excluir a cultura e identidade desse mesmo povo.

*PERGUNTA 2: QUAL A SUA OPINIÃO SOBRE A LÍNGUA PORTUGUESA SER A ÚNICA LÍNGUA DO ENSINO NA GUINÉ-BISSAU?*

Não houve respostas diferentes sobre esta pergunta, mas sim uma unanimidade entre as respostas dos vinte entrevistados, todos e todas demonstraram-se contrários à língua portuguesa ser a única língua de ensino na Guiné-Bissau. Aqui pode-se notar que há incoerências com relação a algumas respostas dadas na questão anterior que diziam que a língua portuguesa era melhor para o ensino guineense. Aparentemente, estes/estas entrevistados/as demonstram uma preferência pelo crioulo, talvez por ser esta a língua que os representa, tanto para questões identitárias, assim como nas questões culturais. A fala do entrevistado 18 é elucidativa nesse sentido pois declara que:

A Guiné-Bissau é um país com mais de 30 grupos sociais, cada um tem a sua própria língua, além do crioulo que é mais falado na capital Bissau. Dependendo de cada região, cada grupo social tem a sua língua materna, porém o português, para maioria dos guineenses, nem é a segunda língua, ela é ensinada nas escolas... por ser assim, dificulta a compreensão de muitos guineenses durante o processo do ensino e aprendizagem. Não sou contra o ensino da LP, mas ela deve ser ensinada simultaneamente com o crioulo guineense sem hierarquizar um em detrimento do outro. (Entrevistado nº18 – livre depoimento)

De acordo com a fala do entrevistado 18, sugere-se que a Guiné-Bissau adote um ensino bilíngue, porque, analisando a presença da língua portuguesa nas vivências dos guineenses, não se encontra nenhuma base plausível para justificar a sua escolha como a única língua do ensino. Vale destacar que, em 2000, foi implementado um projeto de ensino bilíngue numa das regiões da Guiné-Bissau, nomeadamente na região de Bolama Bijagós. O projeto, chamado PAEBB, (Projeto de Apoio ao Ensino Bilíngue no Arquipélago das Ilhas Bijagós), apresentava como objetivos as seguintes questões:

- a) A ligação entre a escola e a comunidade envolvente;
- b) A relação entre o Crioulo Guineense e o Português;
- c) A interação entre o ensino básico e os projetos de desenvolvimento;
- d) A formação dos professores (SCANTAMBURLO, 2005, p. 69 apud SCANTAMBURLO, 2013, p. 154.).

Este projeto é de iniciativa privada e, de acordo com Scantamburlo (2013, apud CÁ, 2015), o projeto foi desenvolvido nas classes iniciais da seguinte maneira:

- a) PRIMEIRA FASE (1<sup>a</sup>-2<sup>a</sup> Classes): começar com a oralidade em Crioulo Guineense, e depois passar à alfabetização em Crioulo Guineense e à oralidade em Português. Ao mesmo tempo são lecionadas as outras disciplinas do ensino oficial, como a Caligrafia, a Matemática, as Ciências Integradas (Ciências Sociais, Ciências Naturais), Expressões (Desenho, Canções, Jogos), a Educação Física e os Trabalhos Manuais.
- b) SEGUNDA FASE (3<sup>a</sup>-4<sup>a</sup> Classes): quando os alunos são capazes de ler e escrever em Crioulo Guineense iniciam progressivamente a aprendizagem da leitura e da escrita em língua portuguesa. É uma fase em que o professor e os manuais didáticos devem prestar muita atenção às semelhanças e às diferenças entre as duas línguas de ensino para permitir aos alunos perceberem os dois códigos linguísticos. (SCANTAMBURLO, 2013, p. 157- 158 apud CÁ, 2015, p.109).

O projeto ocorreu de 2000 a 2006, mas quase ninguém fala dele, talvez por não ter havido a colaboração e divulgação devida por parte do Estado guineense. O projeto apresentava ideias muito importantes para a valorização do saber guineense, isto é, a língua, a cultura e identidade. Mas há uma questão não explicada e que merece uma reflexão: como foi possível a implementação do ensino bilíngue nesta localidade sem ter uma escrita do crioulo reconhecido e oficializado pelo Estado? Que grafia utilizaram nas aulas e sob aprovação de qual instituição?

Além dos pontos citados, os objetivos indicam uma política possível para o ensino bilíngue no Estado em respeito à vontade dos guineenses para com sua língua, símbolo da unidade nacional, o crioulo guineense, mesmo que alguns pontos mereçam atualizações e aprofundamentos. Outro ponto a ser ressaltado é o objetivo geral do projeto, que é, segundo Scantamburlo (2013), o seguinte,

O objetivo geral do PAEBB é apoiar algumas estruturas educativas do Ensino Básico do Arquipélago de Bijagós, através da integração das lógicas subjacentes aos saberes locais e da que pressupõe o desenvolvimento económico, do relacionamento das atividades escolares com as atividades de desenvolvimento local e da aproximação da escola à comunidade (SCANTAMBURLO, 2013, p. 159, apud CA, 2015, p.110).

O objetivo deste projeto é, de um modo geral, plausível para o contexto de sua aplicação, ele pode ser alterado, por exemplo, se Estado decidisse a favor da utilização do

ensino bilíngue no país, a alteração poderia ser pensada de modo a uma utilização macro, ou seja, em todo território nacional. Já passamos da hora de pensar o nosso ensino olhando para o contexto local, é claro que a globalização é um fato que vem depois, porque não adianta prestigiar o global à custa do local.

A implementação do ensino bilíngue requer um tipo de planejamento que dá-se subsídios às formas de como as pessoas utilizarão a língua no contexto educacional e como falamos de uma língua que o povo já conhece muito bem, falta somente trabalhar a parte escrita dela, é aqui que entra o planejamento das formas de aquisição, um tipo de planejamento destinado a criações de políticas de ensino e aprendizagem das línguas, diria que não será um trabalho fácil, pois mesmo sendo uma língua muito bem conhecida oralmente, a parte escrita dela requer um cuidado especial, pois já existem várias maneiras diferentes uma da outra de grifar as palavras, o que significa para escolher uma grafia oficial exigirá um trabalho árduo, ou seja, constituirá um desafio imenso para os elaboradores.

Em África, em geral, tem sido assim, o ensino está voltado para o ocidente, em que o aluno termina o décimo segundo ano de escolaridade não sabendo quase nada sobre seu país, isso inclui a história, a geografia, dentre outros saberes. Um ensino bilíngue, em suma, daria mais espaço para o conhecimento de saberes, conhecimentos e culturas locais, lembrando que, ao estudar uma língua, estamos estudando não só o meio da comunicação, mas sim a cultura, a história em geral e o modo e o costume desse povo.

A Guiné-Bissau, mesmo sendo um país multilíngue, até agora não usa seu potencial cultural linguístico no seu sistema do ensino. As justificativas para isso não são poucas, basta olhar para a sociedade guineense, na qual quase ninguém utiliza a língua portuguesa para nada, apesar de ser a única língua do ensino e oficial do país. Destaco que só a falamos quando somos obrigados. Portanto, é mais que merecido mudar o sistema de ensino nacional para um ensino bilíngue, pois os alunos precisam saber que suas línguas são importantes, organizadas e científicas, fato que o Estado tem negado há várias décadas.

*PERGUNTA 3: VOCÊ ACREDITA QUE A LÍNGUA PORTUGUESA FACILITA O APRENDIZADO DOS ESTUDANTES NA GUINÉ-BISSAU? POR QUÊ?*

Houve, dentre os/as entrevistados/as, dois grupos de respostas distintas. Quinze pessoas, representando a maioria do grupo (75%), acreditam que a língua portuguesa não tem facilitado o aprendizado dos guineenses, por outro lado, o segundo grupo com menos integrantes (25%), acha que a língua portuguesa pode facilitar o aprendizado, desde que a



forma e as metodologias sejam mudadas e adaptadas conforme a demanda atual.

O entrevistado 6, representando o grupo majoritário, respondeu da seguinte maneira:

Ao meu ver, acho que não, porque os guineenses não são falantes da língua portuguesa no cotidiano, com famílias em casa, ou com conhecidos na rua... alguns só falam o português na escola. Sendo assim, na minha visão, somente a língua portuguesa não facilita o processo de aprendizagem na G.B. (Entrevistado nº6 – livre depoimento)

O uso no sistema educacional de um idioma não praticado socialmente com frequência por alunos e por professores contribui para um ensino deficitário, a língua desempenha um papel fundamental no processo de aprendizagem e os docentes não são preparados de maneira adequada para lecionar a língua portuguesa, ou em língua portuguesa, nesse sentido, mesmo um estudante que concluiu o décimo segundo ano de escolaridade ainda apresenta imensas dificuldades na língua portuguesa, como pode verificar no dizer de um docente entrevistado pela autora Cá (2015):

Na minha turma às vezes falo português com os meus alunos / acho bom começar a falar e ensinar o português para eles / mas / falo as duas línguas ao mesmo tempo / isto é / quando percebo que não estão a entender / logo entro com a língua crioula para poder melhorar / a minha preferência acho falar sempre o português com as crianças / porque as crianças apreendem rápido / não podemos passar todo tempo a falar crioulo como acontece nas escolas públicas / é muito raro ver as pessoas a falar o português / eu trabalhei numa escola no ano passado / mas lá é inadmissível falar o crioulo / somente o português / mesmo nos recreios os alunos têm que falar quer bem ou mal falado / é uma regra a ser obedecida / mas isso / não acontece nas escolas públicas / eu falo com os meus alunos e há alguns que percebem e os outros não / (CÁ, 2015, p.132).

É importante a fala deste entrevistado 6, que aponta claramente como a Guiné-Bissau ainda está reproduzindo e reprimindo seu povo, tal como os colonizadores faziam, obrigando os guineenses a falar a língua portuguesa. Os fatos mostram que alguma mudança precisa ser feita, no sentido de criar novas metodologias e fomentar projetos para o desenvolvimento da educação (ensino), o que inclui a adoção do crioulo no ensino guineense. Estamos perante um tipo planejamento que foi desenvolvido pelos colonizadores portugueses, e, o Estado parece acreditar que o nosso crioulo não é uma língua capaz para fazer ciência, por isso, adotaram esse planejamento que desvaloriza a língua em questão.

Representando o grupo que acredita que a língua portuguesa pode facilitar o ensino guineense, o entrevistado 12 diz,

Sim, acredito que a língua portuguesa pode facilitar o aprendizado dos guineenses na

GB, desde já que o método do ensino não seja tão prescrito. Mas sim, adotar o modelo do ensino do português como a língua estrangeira. Ensinar as pessoas a falar o português e não decorar as regras gramaticais. (Entrevistado 12 – livre depoimento)

Os métodos utilizados para ensinar a língua portuguesa na Guiné-Bissau não são os mais adequados, uma vez que o idioma não é materno para a grande maioria da população e a metodologia do seu ensino tem um viés de ensino de língua materna. A elaboração dos materiais para o ensino da língua portuguesa na Guiné-Bissau não leva em consideração que os alunos não são falantes da língua portuguesa e que eles só a aprendem quando forem para escola.

Acredito que o problema básico do ensino através da língua portuguesa seja o seguinte: o Estado não capacita o/a professor/a para o seu ensino, logo isso acarreta nas elaborações de metodologias inadequadas para o contexto guineense. Além disso, pode também ter a ver com a vontade popular de preferir o crioulo, em vez do português, uma vez que muitos a enxergam como a língua do colonizador. Quando o entrevistado menciona questões gramaticais, isso nos leva a outras reflexões, como qual seria a concepção de linguagem na qual o docente acredita e se inscreve? O que ele entende sobre “língua”? Infelizmente, a maioria dos docentes da língua portuguesa na Guiné-Bissau acha que língua é gramática, bastando decorar as regras para saber a língua. Isso não corresponde a uma verdade absoluta porque aprender regras gramaticais, numa perspectiva de estudo metalinguística, é apenas uma das formas de estudo linguística. Há que se considerar as questões comunicativas e funcionais da linguagem, os aspectos sociolinguísticos e discursivos e toda uma série de perspectivas para um estudo linguístico mais apropriado.

*PERGUNTA 4: QUAL A SUA OPINIÃO SOBRE A ADOÇÃO DO CRIOULO GUINEENSE (JUNTO DO PORTUGUÊS) COMO LÍNGUA OFICIAL E DE ENSINO NA GUINÉ-BISSAU?*

Esta questão foi respondida por dezessete entrevistados, num total de dezoito, sendo que um entrevistado não respondeu e não se sabe o motivo. Das dezessete respostas, dez entrevistados se dizem a favor de a língua crioula ser adotada como umas das línguas de ensino, representando 58% das respostas dadas. Todavia esses/essas respondentes não falaram sobre a oficialidade da língua. Entende-se que há uma preocupação e uma grande inquietação a respeito da língua portuguesa ser a única língua do ensino. Houve três entrevistados (17%) que defendem que a língua crioula seja adotada como umas das línguas oficiais, porém não

manifestaram sobre a sua adoção no ensino. Somente quatro entrevistados (23%) falam, simultaneamente, da língua crioula no âmbito da sua oficialidade e adoção como língua de ensino. Acreditamos que o fato de termos elaborado uma pergunta dupla pode ter contribuído para as respostas dadas.

O entrevistado 18, representando o grupo dos que falaram simultaneamente da oficialização do crioulo e também da sua adoção para o ensino guineense, afirma que

A oficialização do crioulo guineense como língua oficial e de ensino é uma vitória para o país e pela educação, pois vários estudiosos apontam que ensinar na língua materna é mais viável para o desenvolvimento cognitivo de uma criança... a educação escolar na Guiné-Bissau tem mais a ganhar com a implementação do crioulo no ensino.

Esta fala é mais uma de várias relatadas que apontam que o sistema educacional guineense precisa adotar a língua crioula como umas das línguas do ensino, também reflete uma ideia recorrente nos resultados desta pesquisa, o crioulo deve ser também oficializado como uma das línguas oficiais do país. O ensino guineense vive em constante fracasso e um dos fatores que o leva a esse ponto é justamente ter uma língua do ensino que os estudantes não utilizam e que quase não faz parte do dia a dia deles. Uma interpretação possível nessa situação é que o planejamento de prestígio usado na Guiné-Bissau exclui o crioulo do cenário linguístico, isso no âmbito estatal, porque não há nenhum documento oficial do Estado ou dos Governos até o presente momento que valorize ou que reconhece o crioulo e outras línguas do país, é só o português e nada mais.

Representando o grupo que prefere a língua crioula somente no âmbito oficial, o entrevistado 6 diz:

Para mim seria ótimo implementar as duas línguas como oficiais: primeiro porque o crioulo é a língua que os guineenses mais falam, ou seja, é elo da ligação que facilita vários grupos étnicos a se comunicarem, segundo porque o português seria como a língua para se comunicar com outros países no cenário internacional. (Entrevistado 6 – livre depoimento)

Essa expressão se usa muito quando se fala sobre a língua portuguesa na Guiné-Bissau, das populações mais jovens e até os mais adultos. Uma das explicações possíveis a esta afirmação é que se acredita, na Guiné-Bissau, que Portugal seja o “nosso salvador”. Sendo assim, temos por obrigação saber a língua deles e eles, mesmo indo para morar em Bissau, não precisam saber o crioulo. Por outro lado, pode-se verificar que o entrevistado quer o crioulo como umas das línguas oficiais do país, pois é a língua que os guineenses se sentem

a vontade quando se comunicam.

Percebe-se na fala deste colaborador quando ele fala que a língua portuguesa serve para comunicar com os de fora, entende-se que está se referindo à língua portuguesa como uma língua estrangeira, porque lá dentro, (na Guiné-Bissau) ela quase não faz parte do dia a dia dos guineenses. Esta fala também levanta certas inquietações, pois nesta terra, desde que passou a ser designada como Guiné-Bissau, a maior parte de suas relações exteriores não acontece com países de língua portuguesa. O país possui mais acordos de cooperação com países não falantes de português. As línguas utilizadas com países não lusófonos seriam a língua inglesa ou a língua francesa, ou ainda a língua desses países, como tem acontecido nos últimos quinze anos. A Guiné-Bissau se situa numa zona próxima a países francófonos, fazendo parte, inclusive, da CEDEAO (Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental).

Essa comunidade sempre esteve presente nas resoluções de instabilidades política-governamentais que o país atravessou ao longo da sua existência. Hoje, a maior parte dos empregadores da rede privada no país é de origem francesa, o que inclui, por exemplo, todos os bancos do país, uma rede de telecomunicações e várias empresas de construção civil e não só. As políticas linguísticas praticadas por essas instituições incluem a exigência de proficiência em francês, e não em português, para candidatos a ocuparem os cargos mais altos. A própria CEDEAO, manda seus comunicados para Bissau em francês e as autoridades guineenses traduzem para o crioulo ou para o português.

Vale lembrar que, apesar da Guiné-Bissau ser um país integrante da CEDEAO, devido a suas falhas enquanto um Estado em termos da sua má organização, ele está nessa comunidade como ouvinte, ou seja, não dá opinião na tomada de decisões importantes sobre a África.

O entrevistado 5, representando o grupo que quer a língua crioula como uma das línguas de ensino na Guiné-Bissau, diz o seguinte: “A minha opinião reside no fato de que a implementação do crioulo terá grande relevância no processo de aprendizagem, pois os alunos/estudantes terão mais facilidade em entender e interpretar os conteúdos a serem abordados na sala de aula”.

Para comentarmos essa resposta, é importante a fala da autora Cá (2015), quando se refere aos estudantes que não se sentem parte da escola porque não são ensinados em suas línguas maternas e nem na língua da comunicação na sociedade guineense, o crioulo. Ela diz:

[...] Os estudantes não são ensinados nas suas línguas maternas e nem na língua

veicular (crioulo). O que muitas vezes faz com que os alunos cometam erros graves em português, pois falam numa língua e são obrigadas a escrever numa outra. É de se lembrar que as crianças guineenses que frequentam o EBU não são alfabetizadas em crioulo. (CA,2015, p.88).

As discrepâncias são imensas, o distanciamento entre os conteúdos aprendidos e o dia a dia do aluno não se mede, isso é uma deseducação, o sistema do ensino estabelecido na Guiné-Bissau desacata os conceitos básicos de um sistema de ensino, o primeiro a se falar é, segundo pedagogos é fundamental alfabetizar crianças na sua língua materna. No EBU referido pela autora, o qual significa Ensino Básico Unificado, que compreende os níveis de primeira à quarta classe (série), todas as escolas alfabetizam as crianças em língua portuguesa. Seja a escola pública ou particular, reconhecidas e registradas nas entidades competentes do ensino, procedem dessa forma.

*PERGUNTA 5: QUANDO FALAMOS SOBRE IDENTIDADE E CULTURA, A LÍNGUA PORTUGUESA TE REPRESENTA?*

Num total de dezoito entrevistados, quinze acreditam que a língua portuguesa não os representa, consistindo em 84% dos/das entrevistados/as, enquanto que os três restantes (16%), na contramão desses quinze, acreditam que, até um certo ponto, a língua portuguesa os representa. O entrevistado 10, representando o grupo que acredita que a língua portuguesa não os representa quando o assunto é identidade e cultura, expressou-se da seguinte maneira: “A língua é um elemento cultural muito forte. Destarte, a língua portuguesa não me representa, por não ser uma língua nacional e, sobretudo por não fazer parte do rico e diversificado mosaico étnico-linguístico bissau-guineense”.

Uma vez que uma grande maioria dos guineenses não tem a língua portuguesa na sua convivência diária, os guineenses começam a ter contato com a língua portuguesa somente na escola, e a utilizam por obrigação. Apesar da pergunta sugerir uma resposta objetiva, dificilmente os guineenses dirão que a língua portuguesa os representa no âmbito cultural, isto porque é uma língua que foi imposta de maneira muito opressiva, no passado colonial e em práticas não democráticas da atualidade. Segundo o entendimento de Eagleton (2005, apud COELHO; MESQUITA, 2013):

[...] A cultura pode ser entendida como o conjunto de valores, crenças, costumes e práticas que caracterizam o modo de vida de determinado grupo social. Esse conjunto possibilita ao indivíduo inserir-se e interagir em seu grupo social, pois lhe permite negociar “maneiras apropriadas de agir em contextos específicos”.

(EAGLETON, 2005, p.55 apud COELHO; MESQUITA, 2013, p.27).

A cultura guineense é um mar cheio de variedades de peixes, ou seja, a cultura guineense é mista, não se pode resumi-la em uma única representação, pois a sociedade guineense é formada por vários grupos étnico-sociais, cada um com seu modo de viver e costumes diferentes dos demais. Mas quando se fala em guineense, aí se pensa em algo que estes grupos têm em comum, logo nomeia-se a língua crioula a qual praticamente todos os grupos da Guiné-Bissau usam. Este é ponto forte da “guinendade”, ou seja, ( guinendadi é sinônimo da união entre dois ou mais guineenses, união no seu sentido literal). Há também outros pontos que são muito comuns entre esses grupos, como a solidariedade, o respeito aos mais velhos, aos professores, entre outros.

Ser solidário é uma obrigação na sociedade guineense, dividir o que se tem com os outros faz parte de nossa cultura e todos os grupos têm isso como valor inegociável. Essa prática é tão recorrente que passou a ser “uma lei” informal, cumprida de forma excelente. Por exemplo, se houver um sujeito que a desobedece, ele/ela corre grande risco de ser cancelado na comunidade. Na sociedade guineense, o respeito ao outro é fundamental para qualquer que seja o tipo de relação e nós temos isso como princípio que não pode ser negociado. Respeitar os mais velhos, por exemplo, é uma das características que você, quando criança, herda dos seus pais. Qualquer pessoa mais velha, na rua ou na ausência dos seus pais, ele/ela pode te repreender. Ou seja, ele/ela tem direito de te aconselhar ou “puxar suas orelhas” por coisas erradas feitas.

Um exemplo importante que vale ser ressaltado a respeito do respeito na sociedade guineense é o respeito que a sociedade dá aos docentes. É incrível perceber que os docentes, em algum momento, chegam a desempenhar a função dos pais, de tanto confiarmos e respeitarmos este profissional. Isso inclui conselhos dados aos menores sobre como agir na comunidade e, posteriormente, no mundo a fora. Somente o Estado/governo que não tem este reconhecimento aos docentes. Na mentalidade dos pais guineenses, o professor é fundamental na educação dos filhos e na formação de um cidadão exemplar na sociedade.

Ainda falando da cultura guineense, ela é um mosaico de riquezas culturais que só encontro naquele país. É um país considerado como um dos mais pobres do mundo, mas a nossa visão de “pobre” é diferente. Nós somos ricos, pois somos solidários e respeitosos, dividimos o que temos com quem não tem. Falar da cultura guineense numa seção do TCC é impossível, tendo em conta a sua diversificação. Por isso destaca-se somente em linhas gerais aqui. A cultura guineense se resume em dois pontos: respeito e solidariedade. Acreditamos que

tendo esses pontos como fator principal nas nossas vidas, todos os outros fatores possíveis para uma sociedade sã e acima de tudo democrática não podem ser alcançados, o respeito e a solidariedade são à base de tudo.

Como se sabe a Guiné-Bissau é um país pequeno, mas com diversos grupos étnicos, cada um desses grupos tem sua própria língua, o que o torna de um lado, rico em diversidades culturais e do outro lado tem a questão de convivência entre esses grupos e suas línguas, maneiras de ver as coisas no mundo e enfim sua cultura. Aqui entra os valores inegociáveis guineenses, (respeito e solidariedade), o espaço linguístico é um lugar de representatividade e de afirmação, e, ao mesmo tempo é um lugar de disputa, marginalização e de opressão, é claro que o contexto guineense não foge desse problema, porém o respeito e solidariedade ao outro minimiza essas tensões, em todo lugar no mundo com pessoas existe juízo de valor e é assim também nas questões linguísticas, a Guiné-Bissau não é exceção, mas lá, o respeito e solidariedade vêm em primeiro lugar.

Quanto à identidade e a cultura, estas são concepções difíceis de separar, quase é impossível falar de uma sem mencionar a outra. Em concordância com Hall (2004, apud COELHO; MESQUITA, 2013) a identidade não é algo estático no tempo, ela muda,

O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um “eu” coerente. Dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas. Se sentimos que temos uma identidade unificada desde o nascimento até a morte é apenas porque construímos uma cômoda estória sobre nós mesmos ou uma confortadora “narrativa do eu”. A identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia. Ao invés disso, à medida em que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar – ao menos temporariamente. (HALL, 2015, apud COELHO; MESQUITA, 2013, p.29).

É muito complexo para os guineenses aceitar que a língua portuguesa faz parte da sua identidade, devido ao processo de colonização e ao sofrimento que este regime lhes causou. Mas, baseando-se na concepção supracitada, não há como negar que esta língua, em algum momento da vida dos guineenses e em alguma medida, influenciou-nos a assumir uma determinada identidade. Hoje, a Guiné-Bissau – bem como outros países africanos de língua portuguesa – está cheia de culturas e costumes europeus, sobretudo em Bissau e nas regiões mais ricas do país.

O entrevistado 12, representando o grupo dos que acreditam que a língua portuguesa os representa de alguma forma, proferiu a seguinte fala:

Falando na questão da identidade, a língua portuguesa me representa sim. Pois, eu me identifico como falante do português, visto que é um vala cultural que eu me incorporo para demonstrar algumas das minhas especificidade. Porém, sinto mais representado ou identificado com a língua *kriol*, de modo que a falo sem problema. (Entrevistado 12 – livre depoimento).

A língua portuguesa, de alguma forma, está inserida na comunidade guineense como as outras línguas do país. A diferença se constata na forma como ela foi introduzida nesta sociedade no período colonial, de forma opressiva e obrigatória, sobretudo contra vontade da maior parte da população. Por essa e outras razões, ela é negada por muitos, sendo a identidade uma questão individual, muito particular. Como estamos num mundo diverso, no qual muitas identidades convivem mais ou menos pacificamente, não se pode falar em identidade “original” ou “essencial”. Nota-se que os relatos apontam que a maioria dos guineenses entrevistados não prefere a língua portuguesa, mesmo sendo o português guineense, ou a língua oficial e de ensino. Isso mostra claramente que algo não está muito bem com relação às políticas linguísticas adotadas pela República da Guiné-Bissau.

É de suma importância frisar que, como defende o Calvet (2007), as políticas linguísticas do Estado muita das vezes não se alinham com as práticas linguísticas do povo, ou seja, as políticas “in vivo”, o acontecimento real da prática linguística, nem sempre é levado a sério no que diz respeito às políticas “in vitro”, estabelecidas pelo Estado/governo. O Estado, na maioria das vezes, não consegue acompanhar o querer da população, porque os seus representantes políticos não conseguem separar seu querer coletivo dos interesses e compromissos político-partidários. Geralmente esquecem que foram colocados nos cargos para cumprir os desejos dos votantes (o povo). Quando este povo percebe que os políticos estão “saindo dos trilhos”, nasce uma oposição dos votantes contra os políticos e, conseqüentemente, a política praticada acaba deixando de lado suas reais necessidades. Estas oposições, na maioria das vezes, acabam somente nos bastidores, nos ambientes não oficiais, o que é uma pena, pois o Estado tem/deve dar atenção para o que o povo quer não ao contrário.

De uma maneira geral, constata-se que em todas as questões respondidas pelos entrevistados, tanto no que concerne à educação (ensino) como nas questões sobre língua oficial, cultura e identidade, há uma grande indicação por partes dos/das entrevistados/as de que a língua portuguesa está ocupando um espaço que pertence a língua crioula guineense. Nas questões sobre a língua de ensino e oficial mais de setenta por cento dos entrevistados se diz contra a língua portuguesa ser a única língua de ensino e oficial do país, justificativas para estas posições são óbvias, a língua portuguesa mesmo com status de oficial somente cerca de



13% da população a falam e isso nos mostra que o crioulo guineense está sofrendo uma política de apagamento por parte do próprio Estado guineense.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com este trabalho pretende-se entender até que ponto as línguas autóctones guineenses (com o foco para a língua crioula) são marginalizadas pelas políticas linguísticas desenvolvidas no país e, ao mesmo tempo trazer em debate o prestígio dado à língua portuguesa na Guiné-Bissau. A justificativa pelo tema “um olhar guineense para a língua portuguesa e seu papel na Guiné-Bissau” consiste em apontar os retrocessos e dificuldades que a adoção da língua portuguesa como a única língua oficial e de ensino num país multilíngue impõe a sociedade guineense, desde o ensino até nas questões culturais. O trabalho apresenta grande relevância para a sociedade guineense no que tange às políticas linguísticas e como as línguas são distribuídas e classificadas na Guiné-Bissau, pois é uma área pouco explorada, a metodologia utilizada permitiu que chagasse um entendimento bastante bom sobre o problema de pesquisa.

Em relação aos objetivos para realização dessa pesquisa, pode-se dizer que estes foram atingidos, porque conseguimos finalizar as etapas com sucesso de acordo com o planejamento elaborado. Quanto aos resultados obtidos nas respostas dos entrevistados guineenses sobre as suas preferências entre a língua crioula e portuguesa, é possível perceber que, se dependesse somente da população guineense, a língua portuguesa não teria o prestígio que o Estado a deu, uma vez que oitenta por cento dos respondentes acreditam que a língua crioula merece ter, no mínimo, o *status* de língua oficial e ser língua de ensino no país, fato que se alinhou com as hipóteses deste trabalho.

Sobre o problema de pesquisa “dificuldade de aprendizado da língua portuguesa na Guiné-Bissau”, em debate com os dados coletados através das entrevistas, entende-se primeiro que essa tal dificuldade diz respeito à forma como esta língua é ensinada na Guiné-Bissau. Um dos motivos principais dessa dificuldade está centrada nos planejamentos, pois não existe um planejamento que leva em consideração o fato de a língua portuguesa não ser nossa língua materna, além de os docentes não serem preparados o suficiente para lecionar na tal língua. O segundo motivo reside em a língua portuguesa não ser aquela língua que utilizamos no nosso dia a dia, ou seja, só a utilizamos por obrigação de alguma lei ou decretos do Estado, tal como na época de colonização.

Quanto à análise dos dados coletados sobre as preferências dos guineenses entre a língua portuguesa e crioula através das entrevistas, a bibliografia do embasamento teórico facilitou a ligação ou cruzamento entre as respostas dos entrevistados e os conceitos empregados no trabalho. De uma maneira geral, a análise das respostas foi um momento

muito instigante e elucidador, pois mais de oitenta por cento das respostas se alinharam ao que foi previsto hipoteticamente na organização dessa investigação. Em suma, a maioria dos guineenses se mostraram a favor da língua crioula ser uma das línguas oficiais e de ensino na Guiné-Bissau.

Num futuro próximo pretende-se dar continuidade com esta linha de pesquisa sobre as políticas linguística guineense porque é uma linha de pesquisa importante, além de ser uma área pouco explorada traz uma ideia de valorização da cultura local, sendo assim, ela precisa ser estendida no futuro, uma vez que debate não só o as políticas linguísticas em si, mas estende à cultura e vivências histórias guineense, pois ao falar do crioulo guineense requer falar não só desta língua em si como meio de comunicação.

Espera-se que o Estado possa fazer sua parte de reconhecer a língua que nos salvou das mãos dos opressores portugueses, o crioulo a língua que nos define enquanto um povo, sem ele jamais seremos guineenses. Temos que reverter esta situação rapidamente, pois a maioria da população guineense já sofreu bastante na mão do Estado representado por alguns indivíduos que não tem interesse no desenvolvimento do país. O caminho a seguir é colocar a língua crioula mais depressa possível, como uma das línguas oficiais e de ensino do país só assim terá nossas identidades, nossas culturas resgatadas. Agir localmente significa valorizar o que é nosso, no caso nossas línguas, nossas cultura e identidade, e agir globalmente, refere-se ao equilíbrio do que é nosso com o doutro, sem precisar causar danos, malignidade ou sacrifícios a outro.

## Referências

- BENZINHO, Joana; ROSA, Marta. **Guia Turístico: à descoberta da Guiné-Bissau**. Coimbra: Ediliber, 2015.
- BERENBLUM, Andrea. **A intenção da palavra oficial**-língua nacional e escola em tempos de globalização. 1 ed. Belo Horizonte: Autêntica. 2003.
- BOXER, Charles Ralph. **O império marítimo português**. 1415-1825.
- CÁ, L. O. **A constituição da política do currículo na Guiné-Bissau e o mundo globalizado**. Cuiabá: EdUFMT; CAPES, 2008.
- CÁ e RUBIU. **O perfil dos estudantes e a realidade do ensino de língua portuguesa em Guiné-Bissau**. Trabalhos em linguísticas aplicadas, Campinas, n. (58.1), jan 2019.
- CÁ, Batista Virginia José. **Língua e ensino em contexto de diversidade linguística e cultural: O caso da Guiné-Bissau**. Belo Horizonte, 2015.
- CÁ, Batista Virginia José. **Língua e ensino em contexto de diversidade linguística e cultural: O caso da Guiné-Bissau**. Belo Horizonte, 2015.
- CASSAMA, Daniel Julio Lopes Soares. **Amílcar Cabral e a independência da Guiné-Bissau e Cabo-Verde**. Dissertação de mestrado, UNESP-Araraquara, São Paulo. 2014.
- DA SILVA, Diego Barbosa. **Embates linguísticos: Local e o global na África**. ANPUH-XXV Simpósio nacional de História- Fortaleza, 2009.
- DA SILVA, Ribeiro Elias. **A pesquisa em Política Linguística: histórico, desenvolvimento e pressupostos epistemológicos**. Trab. Ling. Aplic., Campinas, n. 52, v. 2, jul./dez. 2013.
- EMBALÓ, Filomena. **O crioulo da Guiné-Bissau: Língua nacional e factor de identidade nacional**. papia, 2008.
- GONÇALVES, Solange Aparecida. **Por um planejamento linguístico local**. vol. 22.n 2.julho. 2009.
- LOPES, José de Souza Miguel. **Cultura acústica e letramento em Moçambique: Em busca de fundamentos antropológicos para uma educação intercultural**. São Paulo. EDUC, 2004.
- MANÉ, Fodé. **O racismo em português- Guiné-Bissau**. In: Select. 25, ago. 2017. Guiné-Bissau, p. 1, 25, ago. 2017. Disponível em: <https://www.select.art.br/guine-bissau/>. Acesso em: 15 dez. 2019.
- MARIANI, Bethania. **Política de colonização linguística**. Universidade federal Fluminense. 2003.
- MIGNOLO, Walter D. Histórias locais/Projetos globais. **Colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar**. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

NAMONE, Dabana e TIMBANE, Alexandre António. **Consequências do ensino da língua portuguesa no ensino fundamental da Guiné-Bissau, 43 anos após a independência.** Redenção, v.1. n.1. 2017.

PASSONI, T. P.; LUZ, J. G. **Política e planejamento linguísticos no Brasil: levantamento de orientações curriculares para o ensino de línguas estrangeiras.** Revel, v. 14, n. 26, 2016.

SACHS, Guilherme. **A obrigatoriedade da Oferta de Espanhol no Ensino Médio sob a Ótica da Abordagem do Ciclo de Políticas.** Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2011.

SEVERO, Cristiane Gorski. **Políticas linguísticas e questões de poder.** In: Alfa. São Paulo. 2013.

SILVA, Renata. **Linguagem e ideologia: Linguagem em des(curso)-** Lemd, v, 9, n.1. Jan/abril. 2009.

YURNA, Albate e DE souza, Mendes Araújo Kaline. **Português na Guiné-Bissau: Sobre o estatuto da língua, seu ensino e a formação docente.** Repositório Unilab, 2018.

## **Apêndice**

## Questionário de pesquisa

### CURSO DE LETRAS

Estudante: Nimésio Lopes Orientador: Alexandre Cohn da Silveira

#### Parte I:

- a) Idade: \_\_\_\_\_
- b) Gênero: (        ) Masculino (    ) Feminino (    ) Outro
- c) Região de origem na Guiné-Bissau: \_\_\_\_\_
- d) Língua materna/étnica: \_\_\_\_\_
- e) Onde aprendeu a língua portuguesa? \_\_\_\_\_
- f) Com quantos anos aprendeu a LP? \_\_\_\_\_

#### Parte II

1. Qual língua você prefere para o ensino, português ou crioulo da Guiné-Bissau? Por quê?

---

---

---

---

---

2. Qual a sua opinião sobre a língua portuguesa ser a única língua do ensino na Guiné-Bissau?

---

---

---

---

---

3. Você acredita que a língua portuguesa facilita o aprendizado dos guineenses na Guiné-Bissau? Por quê?

---

---

---

---

---

4. Qual a sua opinião sobre a adoção do crioulo guineense (junto do português) como língua oficial e de ensino na Guiné-Bissau?

---

---

---

---

---

5. Quando pensamos sobre identidade e cultura, a língua portuguesa te representa? Por quê?

---

---

---

---

---